

Relatório Monitor de Minas Terrestres 2006:
Por um mundo livre de minas
“Moçambique”

Maputo, 3 Outubro de 2006

LISTA DE ABREVIATURAS

ADEMO	Associação dos Deficientes Moçambicanos
CE	Comunidade Europeia
CICV	Comité Internacional da Cruz Vermelha (mesmo que ICRC)
EOD	Engenhos com dispositivos explosivos (explosive ordnance disposal)
ERM	Educação para o Risco de Minas
FAMOD	Fórum da Associação Moçambicana para Pessoas com Deficiência
GICHD	Centro Internacional de Genebra para Desminagem Humanitária
HI	Handicap International
HRW	Human Rights Watch
IMSMA	Sistema de Gerenciamento de Informações de Acção Contra as Minas
LIS	Pesquisa sobre Impacto das Minas Terrestres (Landmine Impact Survey)
LM	Monitor de Minas Terrestres (Landmine Monitor)
LSN	Landmine Survivors Network
MINSAU	Ministério da Saúde
MMAS	Ministério para as Mulheres e Acao Social
NPA	Ajuda Popular Noruega (Norwegian People's Aid)
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONG	Organização não-governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAD	Programa Acelerado de Desminagem
PARPA	Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta
PEPAM	Programa de Educação para a Prevenção de Acidentes como Minas
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SMA	Áreas Minadas Suspeitas
UXO	Explosivos não-detonados (unexploded ordnance)



Relatório Monitor de Minas Terrestres 2006: Por um mundo livre de minas “Moçambique”

MOÇAMBIQUE

Principais desenvolvimentos desde Maio de 2005: Os problemas do Instituto Nacional de Desminagem relativamente ao registo e comunicação de dados sobre as minas persistiram em 2005 e princípios de 2006. O Instituto afirmou que em 2005 os operadores de desminagem limpam 11.3 quilómetros quadrados de terra minada. Contudo, a informação dos operadores aponta para apenas 3.9 quilómetros quadrados. Alguns operadores humanitários prosseguiram com a repesquisa das áreas suspeitas de estarem minadas identificadas pela Pesquisa sobre o Impacto das Minas Terrestres, tendo confirmado as suas deficiências. Dois sapadores foram mortos e outros três feridos durante actividades de desminagem em 2005. O Programa Acelerado de Desminagem foi interrompido por falta de financiamento. Dois dos outros maiores operadores, a Ajuda Popular da Noruega e HALO Trust, prevêem interromperem as suas operações no terreno em 2006-2007. Um total de 57 novas mortes devido às minas/UXOs foram reportados em 23 incidentes em 2005, quase o dobro das mortes registradas em 2004 e quatro vezes mais em relação a 2003. O Documento Estratégico para a Redução da Pobreza já aprovado inclui acções a favor das pessoas portadoras de deficiência, incluindo os sobreviventes de acidentes provocados pela acção das minas.

Política sobre o Erradicação das Minas

A República de Moçambique assinou o Tratado de Erradicação das Minas Terrestres em 3 de Dezembro de 1997, ratificou em 25 de Agosto de 1998 e tornou-se Estado Parte em 1 de Março de 1999. Nenhuma legislação de implementação existe. Em Maio de 2006, Moçambique anunciou que um projecto de lei aguardava a aprovação pelo Parlamento.¹ O mesmo pronunciamento foi feito em Abril de 2005.²

Moçambique apresentou o seu sétimo relatório de transparência do Artigo 7 em 27 de Abril de 2006 cobrindo o calendário do ano 2005.³ O Relatório inclui o formulário J, no qual a assistência às vítimas é descrita como sendo “uma das prioridades do Governo” e “é ainda a componente mais deficiente do programa de minas no país, devido às limitações em recursos financeiros.”⁴

¹ Entrevista a Mik Isabel Massango, Chefe do Departamento de Relações Internacionais, Ministério de Negócios Estrangeiros e Cooperação, Genebra, 11 de Maio de 2006; Relatório do Artigo 7, Formulário A, 27 de Abril de 2006, “o projecto de lei sobre esta matéria foi submetido ao Parlamento para análise.”

² Relatório do Artigo 7, Formulário A, 25 de Abril de 2005, relata que o “orçamento aguarda a aprovação da Assembleia da República.”

³ Relatórios anteriores foram submetidos a 30 de Março de 2000, 30 de Outubro de 2001, 2 de Julho de 2002, um dos quais sem data de submissão (cobrindo o período de 1 de Janeiro de 2002 -1 de Março de 2003), 23 de Abril de 2004 e 25 de Abril de 2005 (para o ano de 2004).

⁴ Relatório do Artigo 7, Formulário J, 27 de Abril de 2006.

Moçambique participou na Sexta Reunião dos Estados Parte em Zagreb, Croácia, em Novembro-Dezembro de 2005, onde fez declarações nas sessões de Intercambio General de Impressões e da desminagem, apelando por uma assistência contínua dos doadores.⁵

Em Junho de 2005 e Maio de 2006, Moçambique atendeu as reuniões intersessionais do Comité Permanente em Genebra. Durante o encontro de Maio, o país fez uma declaração ao Comité sobre a Desminagem, Educação sobre o Risco que as Minas representam e as Tecnologias de Acção contra Minas.

Moçambique não se envolveu nas discussões que os Estados Parte tiveram sobre questões de interpretação e implementação aos Artigos 1, 2 e 3, a respeito das operações militares conjuntas com Estados não Parte, minas antiveículos com fusíveis sensíveis ou dispositivos anti-manipulação, e o número permissível de minas retidas para treinamento. Todavia, durante os encontros intersessionais de Junho de 2004, um assessor jurídico de Moçambique disse ao Monitor de Minas Terrestres que o Moçambique, em termos gerais, apoiava os esforços de se chegar a um entendimento comum sobre tais questões.⁶

Produção, Transferência e Utilização

Moçambique nunca produziu minas antipessoal.⁷ Durante a guerra civil, estas minas foram importadas de vários países e usadas pelas diversas partes do conflito.⁸ Desde o fim do conflito em 1992, são em número reduzido os casos isolados de uso de minas antipessoal, quer por caçadores quer por bandidos. Nenhum incidente foi informado em 2005 ou durante o primeiro semestre de 2006.

No início de 2005, o governo da Tanzânia submeteu um requerimento escrito ao Moçambique solicitando a transferência de 1.000 minas antipessoal desactivadas para serem usadas em treinamento para o projecto de pesquisa belga APOPO sobre detecção de ratos. O requerimento não foi atendido pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros moçambicano como a explicação de que Moçambique não tem minas em sua posse.⁹ Houve discussões sobre a possibilidade de se adquirir as minas das organizações de desminagem em Moçambique, que iria armazenar as minas removidas para uma eventual transferência a APOPO na Tanzânia com a autorização anterior das autoridades moçambicanas e tanzanianas, de acordo com as suas obrigações do Tratado de

⁵ Declaração feita por Henrique Alberto Banze, Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Zagreb, 28 de Novembro de 2005; declaração feita por Gamiliel Munguambe, Director do Instituto Nacional de Desminagem (IND), Sexta Reunião dos Estados Partes, 30 de Novembro de 2005.

⁶ Entrevista a Numibio Mambique, Assessor Jurídico, IND, Genebra, 29 de Junho de 2004. Em relação ao Artigo 2, ele disse que Moçambique acredita que o efeito das minas deve ser tomado em consideração e que qualquer mina em condições de explodir em consequência de contacto pessoa é proibida pelo tratado.

⁷ Relatório do Artigo 7, Formulário E, 27 de Abril de 2006.

⁸ Minas terrestres produzidas pelos seguintes países foram entradas em Moçambique: África do Sul, Alemanha Leste, Áustria, Bélgica, Brasil, China, França, Itália, Jugoslávia, Portugal, Reino Unido, Rodésia, Checoslováquia e URSS. Vide, Human Rights Watch, *Still Killing: Landmine in Southern Africa* (New York: Human Rights Watch, 1997), pp.74-75.

⁹ Informação facultada por Frank Weetjens, Gerente de Programa, APOPO, Moçambique, 18 de Agosto de 2005. Ele recebeu esta informação do Director do IND, Gamiliel Munguambe, em Maio 2005.

Erradicação das Minas.¹⁰ Tais transferências não foram mencionadas no Relatório do Artigo 7 de Moçambique.

Destruição de Stocks e Minas Retidas

Moçambique concluiu a destruição do seu stock de 37,818 minas antipessoal em 28 de Fevereiro de 2003, um mês antes do prazo perante o tratado.¹¹

O Relatório do Artigo 7 de Moçambique de Abril de 2006 indica que o país retinha 1,319 minas antipessoal no final de 2005.¹² As minas estavam na posse de quatro entidades de desminagem: Forças Armadas de Defesa de Moçambique (900), HALO Trust (216), Handicap International (185) e RONCO (18).¹³ As minas na posse da HALO são inertes e não têm explosivos, detonadores ou impulsadores,¹⁴ e, como tal, não constituem minas antipessoal nos termos do Tratado de Erradicação das Minas Terrestres.

O total retido é de 151 minas, um pouco menos que o total relatado no ano anterior. Essas 151 minas pertenciam ao Programa Acelerado de Desminagem e foram destruídas quando o programa cessou em Junho de 2005. O Moçambique não utilizou (explodiu) nenhuma das minas retidas nas actividades de treinamento. Em Junho de 2005, o Director do Instituto Nacional de Desminagem disse ao Monitor de Minas Terrestres que o programa de treinamento foi interrompido em 2004 devido as dificuldades de ordem logísticas, mas o que ele esperava era iniciar ao final de 2005.¹⁵

Moçambique ainda esta pendente de fornecer detalhes sobre a finalidade pretendida e a real utilização das minas retidas, tal como foi acordado pelos Estados Partes durante a Primeira Conferência de Exame realizada em Dezembro de 2004. Moçambique não utilizou o novo ampliado formulário D sobre minas retidas, acordado pelos Estados Parte na Sexta Reunião de Estados Parte que teve lugar em Dezembro de 2005.

Problema de Minas Terrestres e UXOs

Moçambique está afectado por minas terrestres e por engenhos explosivos não detonados (UXOs) resultado do conflito de cerca de 30 anos terminado em princípios de 1990. De 1964 a 1975, a luta pela independência levou à implantação de barreiras de minas pelo colonialismo português ao longo da fronteira com a Tanzânia, bem como plantação de minas esporádicas das estradas e atalhos pelos insurgentes da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO).

Da independência, em 1975, até 1992, a FRELIMO, que se tornou partido no poder após a conquista da independência, foi violentamente oposta pela Resistência Nacional de Moçambique

¹⁰ Informação facultada por Frank Weetjens, APOPO, Moçambique, 18 de Agosto de 2005. Ele referiu que o Ministro de Defesa da Tanzânia preparou o tal pedido e que ele avançou que a solicitação seria satisfeita por Moçambique.

¹¹ Para mais detalhes, vide *Monitor de Minas Terrestres 2004*, p. 580.

¹² Relatório do Artigo 7, Formulário D, 27 de Abril de 2006. Os primeiros três relatórios do Artigo 7 de Moçambique, apresentados em 2000, 2001 e 2002, afirmavam que nenhuma mina antipessoal seria retida para efeitos de treinamento ou desenvolvimento. O relatório de 2003 indica que 1,427 minas seriam mantidas, enquanto que os relatórios subsequentes de 2004 e 2005, citavam um quadro de 1,470 minas antipessoal retidas para formação em desminagem.

¹³ Relatório do Artigo 7, Formulário D, 27 de Abril de 2006.

¹⁴ Correio electrónico de Tim Turner, Gerente de Programa, HALO Moçambique, 3 de Outubro de 2005.

¹⁵ Entrevista efectuada pelo Monitor de Minas Terrestres (Zâmbia) a Gamiliel Mungambe, IND, Genebra, 13 de Junho de 2005.

(RENAMO) financiada pela Rodésia e, posteriormente, apoiada pela África do Sul. A FRELIMO usou minas terrestres em larga escala, de forma a proteger infra-estruturas económicas e, por sua vez, a RENAMO também as usou para interditar estradas e rotas de abastecimento.¹⁶ Quer a FRELIMO quer a RENAMO também plantaram minas antiveículos nas estradas, pontes, travessias sobre rios para interditar movimentações o que prejudicou a economia do país.¹⁷

Estimativas sobre a contaminação do país por minas e UXOs declinaram significativamente. Uma Pesquisa sobre Impacto das Minas Terrestres (LIS)¹⁸ completada em Agosto de 2001 encontrou minas terrestres nas áreas minadas suspeitas (SMAs)¹⁹ nas 10 províncias do país e em 123 dos seus 128 distritos. A pesquisa identificou 1,374 SMAs que afectam 1,488,998 pessoas em 791 comunidades. A pesquisa marcou 20 comunidades com uma população total de 36,254 como sendo de alto impacto, 164 comunidades com uma população de 393,406 como de impacto médio, e as restantes 607 comunidades com uma população acima de 1,058,930 como de baixo impacto.²⁰

A exactidão da LIS foi questionada desde o seu início. A pesquisa produziu uma estimativa de áreas afectadas que os operadores consideraram exagerada (562 quilómetros quadrados) mas também por deixarem fora muitas áreas minadas.²¹ Novas estimativas produzidas pelo Instituto Nacional de Desminagem, baseadas nos resultados da LIS e tomando em consideração subsequentes repesquisa e desminagem, indicaram que em finais de 2005 haviam 353 áreas suspeitas, afectando aproximadamente 578,000 pessoas em 174 comunidades e cobrindo uma área de 149 quilómetros quadrados. Dados similares são mencionados no Relatório do Artigo 7 de Moçambique referente de 2005.²² Esta situação implica que, em relação ao ano de 2004, o número de comunidades afectadas foi reduzido em 29, o número de áreas afectadas em 98 e a área estimada contaminada em 23 quilómetros quadrados.²³

Porém, estes números provavelmente excedem a real situação de contaminação. Três operadores de desminagem repetiram as pesquisas nas áreas identificadas pela LIS e, ao fazer a análise dos resultados das novas pesquisas, a situação real das áreas afectadas é de longe mais baixa. De acordo com o conselheiro técnico chefe do Programa das Nações Unidas para o

¹⁶ Para mais detalhes, vide *Monitor de Minas Terrestres 2005*, p. 436.

¹⁷ Centro Internacional da Genebra para Desminagem Humanitária (Geneva International Center for Humanitarian Demining, GICHD), “A Review of Mine Action in Mozambique,” Final Report, October 2005, p. 9.

¹⁸ Implementação feita em conformidade com o Survey Action Centre (SAC) e protocolos da LIS; consulte www.sac.org.

¹⁹ A LIS de Moçambique usou o termo “áreas minadas suspeitas.” Contudo, o Grupo de Trabalho de Pesquisa adoptou a terminologia “área suspeita de ser perigosa” (SHA) quando adoptou os protocolos da LIS e SHA é o termo usados nos relatórios da LIS da Bósnia, Afeganistão, Iémen e Eritreia. A LIS em Moçambique foi realizada fora dos protocolos do Grupo de Trabalho de Pesquisa (SAC); Correio electrónico de Mike Kendellen, Director da Pesquisa, SAC, 30 de Maio de 2006.

²⁰ Canadian International Demining Corps and Paul F. Wilkinson & Associates Inc., “*Landmine Impact Survey*,” August 2001.

²¹ Agência Dinamarquesa para o Desenvolvimento Internacional (Danish International Development Assistance, DANIDA), “*Support to Humanitarian Mine Action in Mozambique*,” April 2004, pp. 2-3; vide também a secção *Identificação das Áreas Minadas: Pesquisas e Avaliações* neste relatório.

²² Relatório do Artigo 7, Formulário C, 27 de Abril de 2006.

²³ No final de 2004, foi estimada a existência de 451 áreas suspeitas, afectando 204 comunidades com uma população de mais de 800.000 pessoas e cobrindo uma área de 172 quilómetros quadrados. IND, “Relatório Anual do Programa de Acção sobre Minas 2005,” Maputo, Março de 2006, pp. 13, 14.

Desenvolvimento (PNUD), “dado que desde 2001, dos 423 quilómetros quadrados visitados pelos operadores nas 1,047 áreas identificadas pela LIS, apenas 17.5 quilómetros quadrados de terra necessitava de acções de desminagem, pode assumir-se, com cautela, que os restantes 149 quilómetros quadrados que necessitam desminagem podem tornar-se em apenas seis quilómetros.”²⁴

Apesar dos indicadores segundo os quais a contaminação do país está muito aquém do que se supõe, Moçambique considera que as minas antipessoal ainda têm um impacto humanitário grave. Numa declaração na Sexta Reunião dos Estados Parte, a delegação de Moçambique referiu que “enquanto vastas áreas estão agora desminadas e contribuem para a livre circulação de pessoas e bens – e, desta forma, para a redução da pobreza rumo ao desenvolvimento – a gravidade com a qual as minas vitimaram populações civis, crianças e sapadores ilustra a gravidade do problema das minas em Moçambique.”²⁵ Todavia, uma revisão dos 10 anos da acção contra minas em Moçambique, realizado pelo Centro Internacional da Genebra para Desminagem Humanitária (GICHD), conclui que a contaminação por minas e UXOs já não constitui uma emergência humanitária em Moçambique, mas sim uma barreira aos esforços de reconstrução e ao desenvolvimento.²⁶

Em 2006, a região sul do país foi tida como sendo a mais afectada, comportando 72 por cento das áreas afectadas, 48 por cento das comunidades afectadas e 64 por cento da população afectada. Manica e Maputo são consideradas as províncias mais afectadas do país.²⁷ Contrariamente, em 2005, as províncias de Maputo e Inhambane foram tidas como as mais afectadas.²⁸

Programa de Acção Contra Minas

Autoridade Nacional de Acção Contra Minas: Formalmente, em Moçambique não existe uma autoridade nacional de acção contra minas. Na prática, o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação assume o papel de coordenação interministerial. Segundo o balanço do GICHD, o Ministro “tem desempenhado um papel importante no processo de Ottawa, mas – compreende-se que devido às prioridades naturais ao pelouro de negócios estrangeiros – este teve pouca influência nos aspectos internos do programa de acção contra minas.” Por outro lado, o balanço recomendou que Moçambique crie uma autoridade nacional de acção contra minas como parte dos esforços que visam reforçar a gestão do programa de acção contra minas pelo Governo, bem como para mudar o seu enfoque humanitário para o de desenvolvimento.²⁹

Centro de Acção Contra Minas: O Instituto Nacional de Desminagem (IND), criado por decreto em 1999, é responsável pela coordenação de toda a acção contra minas, sob supervisão do

²⁴ Correio electrónico de Lutful Kabir, Conselheiro Técnico Chefe, PNUD Moçambique, 28 de Abril de 2006. As cifras baseavam-se numa tabela contida no Relatório Anual do IND referente a 2005, o qual reflecte os resultados da LIS e a sua avaliação em função das actividades de desminagem e repetição de pesquisas que se seguiram.

²⁵ Declaração de Moçambique, Sexta Reunião dos Estados Parte, Zagreb, 30 de Novembro de 2005.

²⁶ GICHD, “A Review of Mine Action in Mozambique,” October 2005, p. 115.

²⁷ IND, “Plano Anual de Prioridades de Desminagem, 2006,” Maputo, Março de 2006, p. 3.

²⁸ IND, “Relatório Anual 2004,” Maputo, Março de 2005, p. 3.

²⁹ GICHD, “A Review of Mine Action in Mozambique,” October 2005, pp. iv, xxi. Vide a secção *Avaliação de Acção de Minas* neste relatório.

Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação. O IND substituiu a Comissão Nacional de Desminagem criada em 1995, a qual já tinha perdido a confiança dos operadores e doadores.³⁰ O IND conta com o apoio do conselheiro técnico chefe do PNUD a quem se esperava que se juntasse, em Maio de 2006, um conselheiro técnico para as operações.³¹

A coordenação entre o IND/PNUD, operadores e doadores foi tida como fraca em 2005; os encontros não incluíam todas as partes interessadas, tais como as forças armadas, uma situação que embaraçou os operadores e os doadores.³² Em 2006, esperava-se que os encontros tivessem lugar de dois em dois meses; dois encontros formais foram realizados no primeiro trimestre de 2006.³³ Em Março de 2006, o Embaixador Júlio G. Braga substituiu Gamiliel Munguambe no cargo de Director do IND.

O IND tem dois escritórios regionais cuja responsabilidade é recolher dados sobre a acção contra minas, bem como coordenar com as autoridades locais e operadores na definição de prioridades de desminagem; um destes escritórios está sediado na Beira, província de Sofala, cobrindo a região centro do país, e o outro em Nampula, cobrindo a região norte. A sede do IND em Maputo supervisiona as actividades realizadas na região sul.³⁴

Moçambique utiliza o banco de dados do Sistema de Gerenciamento de Informações da Acção Contra minas (IMSMA), base de dados (versão 3) que foi instalada em Maio de 2001 como parte da LIS. Até Maio de 2006, não se sabia se a versão 4 seria instalada, devido à previsão de interrupção de actividades por dois operadores internacionais em 2006-2007.³⁵ Em Março de 2006, o PNUD indicou que estava previsto que o GICHD instalara a versão melhorada do IMSMA durante o terceiro trimestre de 2006.³⁶

A principal base de dados do IMSMA está localizada em Maputo, com bancos de dados nos escritórios regionais do IND em Nampula e na Beira. Os operadores enviam relatórios de actividade às sedes regionais, os quais são trimestralmente encaminhados à sede em Maputo para sincronização.

Nos anos anteriores, a Monitor de Minas Terrestres relatou o problema relacionado com a actualização do banco de dados de desminagem.³⁷ De acordo com a revisão dos 10 anos realizado pelo GICHD, houve algum progresso na redução da introdução de dados referentes a períodos anteriores nos relatórios dos operadores.³⁸ Contudo, discrepâncias significativas entre os dados reportados pelos operadores e os contidos no relatório anual do IND referente a 2005 revelaram a persistência de problemas graves.³⁹ De acordo com os operadores, a lista de atribuições elaborada

³⁰ Vide *Monitor de Minas Terrestres Report 2005*, p. 437.

³¹ Correio electrónico de Lutful Kabir, PNUD Moçambique, 21 de Abril de 2006.

³² Entrevistas a representantes da HI, HALO e NPA e aos principais doadores da acção contra minas (CE, Noruega, Irlanda, Holanda, Estados Unidos) entre 15 de Dezembro de 2005 e 15 de Janeiro de 2006, Maputo, Moçambique.

³³ Correio electrónico de Lutful Kabir, PNUD Moçambique, 25 de Maio de 2006.

³⁴ Vide *Monitor de Minas Terrestres Report 2005*, p. 438.

³⁵ Entrevista a Jean Paul Rychener, Coordenador Regional para a África Central e Austral, GICHD, 11 de Maio de 2006.

³⁶ Correio electrónico de Lutful Kabir, PNUD Moçambique, 10 de Março de 2006.

³⁷ Vide *Monitor de Minas Terrestres Report 2004*, p. 585.

³⁸ GICHD, "A Review of Mine Action in Mozambique," October 2005, p. 133.

³⁹ Vide a secção *Desminagem* neste relatório. Os operadores humanitários também reportaram estas preocupações à Monitor de Minas Terrestres. Correio electrónico de Tim Turner, HALO Trust Moçambique, 28 de Abril de 2006; correio Electrónico de Atle Karlsen, Representante Residente, NPA Moçambique, Maputo, 26 de Maio de 2006.

pelo IND muita das vezes incluía SMAs registradas na LIS que já tinham sido desminadas e/ou canceladas pela pesquisa, uma situação que resultou na distribuição de tarefas a operadores em áreas que já tinham sido desminadas por outras organizações.⁴⁰

Legislação e Padrões Nacionais de Acção Contra Minas: A 10 de Junho de 1999, o Conselho de Ministros de Moçambique aprovou o Decreto 37/99 que mandava substituir a Comissão Nacional de Desminagem pelo IND e delineou as novas responsabilidades da instituição.⁴¹ No mesmo dia, o Conselho de Ministros também adoptou a resolução 17/99 que formalmente “reconhecia” o Tratado para Erradicação das Minas Terrestres e definia a Política Nacional de Acção contra minas, cujos objectivos principais eram: assegurar que o governo tenha um papel de liderança na desminagem; criar uma capacidade nacional para a desminagem; assegurar que planos e procedimentos são consistentes com as prioridades dos níveis nacionais, provinciais, distritais e comunitário; criar um quadro jurídico para a supervisão das actividades de desminagem; e evitar qualquer utilização futura de minas terrestres, através da criação de mecanismos de supervisão.⁴²

A acção contra minas é regulada pelos padrões nacionais de acção contra minas revisados em 2002 para adequá-los aos padrões internacionais de acção contra minas (IMAS). Segundo a revisão do GICHD em 2005, os padrões nacionais ainda não tinham sido traduzidos para o Português, apesar do facto de os operadores (na sua maioria moçambicanos) lhes serem exigidos a apresentação ao IND procedimentos operacionais detalhados, baseados nos padrões nacionais para a sua acreditação.⁴³ Esperava-se que a tradução para a língua portuguesa fosse concluída em finais de Maio de 2006.⁴⁴

Planificação Estratégica e Progresso

Com base nos resultados da LIS, em Novembro de 2001, o Governo elaborou o Plano de Acção Nacional contra minas (PANM) para o período de 2002 a 2006, cujo objectivo central era atingir um estatuto de “livre do impacto das minas” para 2012, com todas as áreas de impactos alto e médio desminadas até fins de 2006, pesquisas realizadas e demarcações efectuadas em todas as áreas de baixo impacto, programas nacionais de educação sobre o risco da minas e programas de longo prazo para assistência às vítimas operacionais.⁴⁵ Contudo, ao longo dos anos, os planos anuais do IND alteraram as metas iniciais. Em Novembro de 2004, o Moçambique anunciou que cumpriria a data alvo estabelecida no Artigo 5 do Tratado de Erradicação de Minas, e os planos anuais do IND para 2005 e 2006 alteraram o objectivo final com vista a tornar o país livre das minas para 2009.⁴⁶

⁴⁰ Correio electrónico de Atle Karlsen, NPA Moçambique, 26 de Maio de 2006.

⁴¹ Segundo a revisão do GICHD a real divisão de autoridade e responsabilidades entre o Ministro e o IND contida no Decreto 37/99 é pouco clara. Essencialmente, todas as responsabilidades são atribuídas ao IND, mas este presta contas ao Ministro. GICHD, “A Review of Mine Action in Mozambique,” October 2005, p. iv.

⁴² Relatório do Artigo 7, Formulário A, 30 de Março de 2000.

⁴³ GICHD, “A Review of Mine Action in Mozambique,” October 2005, p. 39. Os operadores internacionais são citados como tendo observado este procedimento. Correio electrónico de Atle Karlsen, NPA Moçambique, 26 de Maio 2006.

⁴⁴ Correio electrónico de Lutful Kabir, PNUD Moçambique, 10 de Março de 2006.

⁴⁵ IND, “Plano Nacional Quinquenal de Acção Sobre Minas 2002-2006,” 19 de Novembro de 2001, Maputo, p. 7.

⁴⁶ Vide *Monitor de Minas Terrestres 2005*, p. 437.

Em 2005 e 2006, os planos anuais do IND basearam-se nas informações dos governos provinciais, bem como na LIS; o IND relatou esta situação como estando “a mudar completamente para níveis alarmantes,” a base na qual o PANM foi elaborado.⁴⁷ O processo de definição de prioridades para a desminagem foi alterado, visando o envolvimento das autoridades distritais e provinciais, as quais prepararam as prioridades anuais em colaboração com os operadores antes de os submeterem ao IND, instancia que posteriormente elabora o plano final.⁴⁸

Os operadores de acções contra minas e os governos provinciais tinham pouca confiança no PANM como instrumento de base de planificação e definição de prioridades das acções contra minas, porque o plano se baseava na LIS. Apesar das preocupações expressas desde que a LIS for concluída em 2001, o governo foi lento em a inexactidão da LIS.⁴⁹ Porém, até Março de 2006, o IND, reconheceu no seu relatório anual de 2005 que a determinação da situação real das minas constituía o maior desafio para Moçambique e necessitaria de esforços conjugados de todas as partes interessadas, principalmente dos operadores humanitários, do IND e das autoridades locais.⁵⁰ O relatório anual incluía uma tabela mostrando as discrepâncias entre os resultados da LIS nas áreas que foram subsequentemente pesquisadas (ou canceladas) pelos operadores.⁵¹ Contudo, o IND, no seu plano de 2006, referiu que “embora tenha algumas lacunas, a LIS ainda constitui a principal fonte de informação para a definição de prioridades.”⁵²

A revisão do GICHD expressa que o PNAM era inapropriado em termos de necessidades actuais e futuras de Moçambique, e recomendou que o programa de acção contra minas fosse reorientado para o apoio da agenda de desenvolvimento do país.⁵³ Em Maio de 2006, o PNUD em Moçambique anunciou que o IND iria preparar uma nova estratégia para o período de 2007-2009.⁵⁴

Para 2005 e 2006, as prioridades de desminagem do IND incluía a realização de uma pesquisa técnica, desminagem das áreas de impacto alto e médio, educação sobre o risco das minas e programas de assistência às vítimas. Os operadores foram atribuídos com 128 tarefas,⁵⁵ definidas pela necessidade de desminar para posterior reassentamento das pessoas e para as infra-estruturas sociais. Para 2006, 138 tarefas foram atribuídas a três operadores em oito províncias (84 no norte, 41 no centro e 13 no sul).⁵⁶ Em 2005 e 2006, as metas de desenvolvimento institucional do IND foram definidas como sendo: o reforço do processo de planificação, através de uma melhor coordenação com as autoridades locais e operadores; melhoria da qualidade da informação recebida; consolidação das equipas de garantia de qualidade e sua formação sobre realização de

⁴⁷ IND, “Plano Anual das Prioridades de Desminagem 2005,” Maputo, Março de 2005, p. 4; IND, “Plano Anual das Prioridades de Desminagem 2006” Maputo, Março de 2006, p. 4.

⁴⁸ Ibid; Ibid, p.6.

⁴⁹ GICHD, “A Review of Mine Action in Mozambique,” October 2005, p. 37.

⁵⁰ IND, “Relatório Anual 2005,” Maputo, Março de 2006, p. 24; vide *Monitor de Minas Terrestres 2005*, p. 438.

⁵¹ “Pesquisa de impacto e evolução dos dados IND,” em IND “Plano Anual 2005,” Maputo, Março de 2006, p. 27.

⁵² IND, “Plano Anual das Prioridades de Desminagem, 2006,” Maputo, Março de 2006, p. 4.

⁵³ GICHD, “A Review of Mine Action in Mozambique,” October 2005, p. 115.

⁵⁴ Correio electrónico de Lutful Kabir, PNUD Moçambique, 23 de Maio de 2006.

⁵⁵ O IND esclarece que, devido à falta de pesquisas técnicas nas áreas já definidas como prioridade para 2006, não é possível determinar a dimensão destas áreas, razão pela qual apenas as tarefas a serem realizadas podem ser mencionadas; IND, “Plano Anual das Prioridades de Desminagem 2006,” Maputo, Março de 2006, p. 6.

⁵⁶ Ibid.

pesquisas; e continuação de esforços para a criação de uma capacidade nacional para a desminagem.⁵⁷

Em Maio de 2006, o Conselho de Ministros aprovou o segundo Plano de Acção de Redução da Pobreza Absoluta (PARPA II), incluindo a acção contra minas como uma questão transversal e intersectorial. O PARPA II, que cobre o período de 2006 a 2010, reconhece o impacto socioeconómico negativo das minas e prevê actividades de desminagem nas regiões afectadas, por forma a reduzir ou evitar a perda de vidas humanas, permitindo, assim, a implementação de projectos económicos e melhoria da mobilidade das pessoas.⁵⁸ Sob a égide do sector de educação, o PARPA II propõe a introdução nas escolas de educação sobre o risco das minas nas zonas afectadas, bem como a inclusão das necessidades de desminagem nos projectos de expansão da rede escolar. Antes de 2005, a acção contra minas não estava reflectida no PARPA I de Moçambique, até mesmo no esboço do PARPA II apresentado em Agosto de 2005. A acção contra minas só foi incluída após uma advocacia concertada pelo IND, PNUD e os operadores, Handicap International (HI) e a Ajuda Popular Noruega (NPA).⁵⁹ Argumentava-se que a inclusão da acção contra minas no PARPA II iria encorajar projectos de desenvolvimento a incluírem a componente de desminagem.⁶⁰

O PARPA II operacionaliza o programa quinquenal do governo (2005-2009), cujo objectivo é reduzir a pobreza absoluta e estimular o desenvolvimento. O programa, preparado sempre que um novo governo toma posse, foi elaborado em Maio de 2005 e pela primeira vez incluía a acção contra minas como uma questão transversal. Foram incluídos no plano quatro objectivos: desminagem das áreas minadas e destruição das minas antipessoal e UXOs; demarcação das áreas suspeitas de estarem minadas; implementação de programas de assistência às vítimas das minas; e educação sobre o risco das minas.⁶¹

Com base no programa quinquenal, o Conselho de Ministros, em colaboração com outros vários ministérios, elabora planos económicos e sociais anuais.⁶² Os objectivos relativos às minas no Plano Económico e Social referente a 2006 incluem a continuação da desminagem e de pesquisas nas áreas afectadas por minas, e o desenvolvimento da capacidade nacional de desminagem.⁶³

Avaliação da Acção contra minas

A revisão do GICHD 2005, do programa de acção de minas, tinha como propósito “analisar o contexto histórico do programa, identificar os sucessos alcançados, relacionar os sucessos aos planos globais de desenvolvimento e, mais importante ainda, analisar o caminho ainda por percorrer.” A revisão do GICHD que foi comissionado pelo escritório do PNUD em Maputo, em colaboração com o governo, salientou a necessidade de melhorar a quantificação dos desafios humanitários e de desenvolvimento (através da repetição de pesquisas e melhorias na actualização e

⁵⁷ Ibid, p.8; IND, “Plano Anual das Prioridades de Desminagem 2006,” Maputo, Março de 2005, p. 8; IND, “Plano Anual das Prioridades de Desminagem 2006,” Maputo, Março de 2006, p.7.

⁵⁸ PARPA II, Maputo, 2 de Maio de 2006, pp. 72, 90.

⁵⁹ Vide *Monitor de Minas Terrestres Report 2005*, p. 438.

⁶⁰ IND, “Relatório Anual 2005,” Maputo, Março de 2006, p. 24.

⁶¹ “Programa Quinquenal do Governo para 2005-2009”, *Boletim da República*, 11 de Maio de 2005, p. 143.

⁶² Correio electrónico de Lutful Kabir, PNUD Moçambique, 28 de Abril de 2006.

⁶³ IND, “Plano Anual das Prioridades de Desminagem 2006,” Maputo, Março de 2006, pp. 1-2.

fiabilidade do IMSMA) e estabelecer ligações mais estreitas entre a acção contra minas e a reconstrução. A revisão sugeriu a melhoria do quadro de política através da inclusão das instituições do governo que normalmente não integram a acção contra minas e criar dois novos órgãos separados: uma autoridade nacional de acção contra minas e um centro nacional de acção contra minas.⁶⁴ Alegadamente a finais de Abril de 2006 o IND ainda não tinha discutido as recomendações do GICHD de Outubro de 2005.⁶⁵

Resumo dos Esforços para o Cumprimento do Artigo 5

Sob o Artigo 5 do Tratado para a Erradicação das Minas Terrestres, Moçambique deve destruir todas as minas antipessoal nas áreas minadas sob sua jurisdição ou controlo o quanto antes e no mas tardar até 1 de Março de 2009. Durante a Sexta Reunião dos Estados Partes, Moçambique afirmou que a desistência dos doadores e dos operadores de desminagem causou preocupação relativamente ao cumprimento do prazo de 2009, uma vez que o país não está em condições de por si só implementar o programa de desminagem;⁶⁶ Moçambique beneficiou de apoio internacional durante 12 anos.

Nas reuniões do Comité Permanente realizados em Maio de 2006, Moçambique confirmou o seu “total compromisso... em cumprir com as obrigação do Artigo 5,” e afirmou, uma vez mais, que o país depende do apoio externo.⁶⁷

De acordo com a HALO, as quatro províncias nas quais a organização opera (Niassa, Nampula, Zambézia e Cabo Delgado) serão considerados livres do impacto das minas até finais de 2006. Segundo a revisão do GICHD, “os dados do IND sugerem que uma média de mais de 5.5 milhões de metros quadrados foram desminados anualmente desde o ano 2000; enquanto que uma análise dos dados do IND e dos operadores sugere que a contaminação global esta muito aquém do que se receava [...]. Nesta perspectiva, a meta de ‘livre do impacto das minas’ está à vista, embora alguma capacidade residual de desminagem e destruição de engenhos explosivos seja necessária para fazer face às ameaças resultantes da contaminação residual.”⁶⁸ É de notar que “livre do impacto das minas” não responde à exigência do Artigo 5, segundo o qual todas as minas nas áreas minadas ou suspeitas de estarem minadas devem ser destruídas (“livre das minas”).

Desminagem

Seis organizações realizaram a desminagem em 2005, incluindo a HALO Trust, nas quatro províncias do norte (Niassa, Nampula, Zambézia e Cabo Delgado), a Ajuda Popular Noruega na região centro (províncias de Tete, Sofala e Manica), e o Programa Acelerado de Desminagem patrocinado pelas Nações Unidas e a Handicap International na região sul. Em 2005 desminagem foi proporcionada por uma equipa financiada pelos Estados Unidos e supervisionada pela RONCO Consulting Corporation, e que trabalha na resposta de emergência à desminagem em todo o mundo. Quando não estiver a trabalhar noutros países, a equipa está disponível para trabalhar em projectos

⁶⁴ GICHD, “A Review of Mine Action in Mozambique,” October 2005, p. 123; vide *Monitor de Minas Terrestres 2005*, p. 438.

⁶⁵ Correio electrónico de Lutful Kabir, PNUD Moçambique, 28 de Abril de 2006.

⁶⁶ Declaração de Moçambique, Sexta Reunião dos Estados Partes, Zagreb, 30 de Novembro de 2005.

⁶⁷ Declaração de Moçambique, Comité Permanente sobre a Acção Contra Minas, Educação sobre o Risco das Minas e Tecnologias de Acção contra minas, Genebra, 10 de Maio de 2006.

⁶⁸ GICHD, “A Review of Mine Action in Mozambique,” October 2005, p. vi.

de desminagem a pedido do IND.⁶⁹ Em 2005, as operações foram realizadas em Boquisso, província de Maputo, em Chicamba, província de Manica na região sul do país, na linha-férrea Mutara-Moatize, província de Tete e em Buzi e Muanza, província de Sofala.⁷⁰

As Forças Armadas de Defesa de Moçambique (FADM) também realizaram algumas actividades de desminagem em 2005. O Departamento de Estado dos EUA continuou financiando em 2006. Providenciou formação e equipamento a três unidades de desminagem da FADM; contudo o orçamento operacional das FADM não apoia as operações das três unidades.⁷¹ O IND considera a RONCO e as FADM como sendo operadores humanitários, devido o seu acesso ao financiamento internacional e suas prioridades de desminagem humanitária.⁷²

Durante 2005, houve alterações no programa de acção contra minas e na sua implementação. Em Junho de 2005, o Programa Acelerado de Desminagem interrompeu as suas operações devido à falta de fundos.⁷³ O governo irlandês e o PNUD disponibilizaram US\$700,000 para compensar os operadores de desminagem, cobrindo parcialmente os US\$1.8 milhões necessários para o pagamento de salários a todo o pessoal dispensado; o saldo foi disponibilizado pelo Governo em finais de 2005.⁷⁴ Em Agosto de 2005, ex-funcionários formaram e registaram uma nova organização, o Projecto Associado de Desminagem, à qual foi concedida acreditação em Outubro. Em Março de 2006, foi dito que a nova organização estava à procura de financiamento.⁷⁵ O IND afirmou que a interrupção do programa provocou uma enorme falta de capacidade na região sul do Moçambique, uma vez que as capacidades limitadas das FADM e da HI que operam nesta região não podem responder ao nível de contaminação por minas/UXOs.⁷⁶

O IND relatou que sete novos operadores foram acreditados em 2005 e que, até Março de 2006, já haviam 17 operadores (10 empresas comerciais e 7 ONGs nacionais).⁷⁷ Contudo, apenas cinco operadores, ASM, EMD, JVD, REASeuro e MMA/Armourgroup realizaram operações de desminagem em 2005.⁷⁸ O Monitor de Minas Terrestres visitou uma das ONG nacionais, a Associação de Sapadores Moçambicanos (ASM), a qual afirmou ter efectuado, desminagem em

⁶⁹ Correio electrónico de H. Murphey McCloy, Consultor da Desminagem, Departamento de Estado dos EUA, 16 de Setembro de 2005.

⁷⁰ Correio electrónico de Steve Brown, Director, RONCO Moçambique, 19 de Janeiro de 2006.

⁷¹ Correio electrónico de H. Murphey McCloy Jr., Departamento de Estado, EUA, 7 de Julho de 2006.

⁷² IND, "Relatório Anual 2005," Maputo, Março de 2006, p. 5.

⁷³ Vide *Monitor de Minas Terrestres Report 2005*, p. 441.

⁷⁴ Declaração de Gamiliel Munguambe, IND, reunião entre IND/PNUD/doadores/operadores, Maputo, 15 de Dezembro de 2005.

⁷⁵ Correio electrónico de Lutful Kabir, PNUD Moçambique, 10 de Março de 2006; vide *Monitor de Minas Terrestres Report 2005*, p. 441.

⁷⁶ IND, "Relatório Anual 2005," Maputo, Março de 2006, p. 10.

⁷⁷ O IND inclui ONGs nacionais (e não as ONGs internacionais que operam em Moçambique, designadamente a HI, a NPA e a HALO) na categoria de operadores comerciais.

⁷⁸ IND, "Relatório Anual 2005," Maputo, Março de 2006, pp. 11-12. ArmourGroup, uma companhia comercial inglesa está registada em Moçambique como MMA Limitada. Consulte o portal da ArmourGroup, www.armorgroupmineaction.com, consultado a 23 de Maio de 2006. Os números de desminagem da MMA estão "indisponíveis." Contudo, MMA/ArmourGroup afirmou à Monitor de Minas Terrestres que todos os seus dados de desminagem foram fornecidos ao IND em tempo útil; Correio electrónico de Rob Hallam, ArmourGroup, 6 de Maio de 2006.

2005 para uma companhia chinesa e uma instituição governamental; a partir de Dezembro de 2005, já não dispunha de recursos financeiros e materiais para dar continuidade às operações.⁷⁹

Dois dos maiores operadores nacionais, HALO e NPA, esperam terminar as suas operações de campo em 2006-2007. Inicialmente, a NPA tinha previsto concluir uma pesquisa nas províncias de Manica, Sofala e Tete e dispensar todo o seu pessoal das operações para finais de Abril de 2006. Contudo, após uma resposta positiva do seu principal doador, o Governo da Noruega, e do IND, o operador disponibilizou-se a repetir as pesquisas nas províncias do sul, nomeadamente Gaza e Maputo, mantendo até Setembro de 2006 alguns funcionários para finalizarem a alimentação do banco de dados, mapear a produção e a sincronização do IMSMA.⁸⁰ A HALO prevê terminar as suas operações em Dezembro de 2006, quando a pesquisa e as operações de desminagem estiverem finalizadas nas quatro províncias do norte; esta data alva tem sido revisada no primeiro semestre de 2007.⁸¹

A saída destes principais operadores deixa para trás um grande número de recursos humanos formados. Contudo, o Governo ainda não tomou uma decisão clara no que diz respeito à solução que pretende dar à necessidade de uma capacidade nacional de longo prazo.⁸² Segundo a NPA, do seu pessoal recentemente dispensado, apenas um ex-funcionário foi absorvido por uma organização de desminagem, enquanto que os restantes enfrentaram o mercado laboral moçambicano com taxas oficiais de desemprego acima de 20 por cento. Todo o pessoal dispensado pelo NPA recebeu pacotes de compensação e formação profissional adicional, por forma a facilitar a procura de emprego noutros sectores uma vez que os seus conhecimentos na área de desminagem não podiam, apesar dos esforços, ser aproveitados em nenhum outro lugar sob a gestão e financiamento moçambicanos.⁸³

Com o intuito de torná-las numa capacidade nacional residual de acção contra minas, as FADM apresentaram um Programa Humanitário de Acção Contra Minas na reunião entre IND/PNUD/operadores/doadores, realizado em Fevereiro de 2006. Até Abril, dizia-se que a questão estava “em curso.”⁸⁴

Identificação de Áreas Minadas: Pesquisas e Avaliações

A realização de novas pesquisas nas SMAs, identificadas pela LIS, continuou em 2005. De acordo com o IND, durante o ano de 2005, a HALO, a NPA, a HI e duas equipas de garantia de qualidade do IND realizaram pesquisas em 1.9 quilómetros quadrados de áreas afectadas pelas minas, cancelaram 3.7 quilómetros quadrados e reduziram mais de 72 quilómetros quadrados,

⁷⁹ Monitor de Minas Terrestres visitou uma pequena ONG local chamada “Associação de Sapadores Moçambicanos.” Criada em Abril de 2004, consiste fundamentalmente de ex-militares. Em 2005, a organização foi contratada por uma firma chinesa para pesquisar e desminar uma estrada e por uma instituição do Estado para abrir acesso à uma estação hidroeléctrica; entrevista a Victor Cigarro e Orlando Calisto, Associação de Sapadores Moçambicanos, Maputo, Moçambique, 19 de Dezembro de 2005.

⁸⁰ Correio electrónico de Atle Karlsen, NPA Moçambique, 26 de Maio de 2006.

⁸¹ Apresentação feita por Tim Turner, HALO Moçambique, reuniões entre o IND/PNUD/doadores/operadores, 16 de Agosto de 2005; Correio electrónico de Tim Turner HALO Moçambique, 7 de Julho de 2006.

⁸² GICHD, “A Review of Mine Action in Mozambique,” Outubro 2005, p. 28; encontro entre IND/PNUD/doadores/operadores, 15 de Dezembro de 2005.

⁸³ Correio electrónico de Atle Karlsen, NPA Moçambique, 26 de Maio de 2006.

⁸⁴ Correio electrónicos de Lutful Kabir, PNUD Moçambique, 10 de Março e 28 de Abril de 2006.

tendo sido importante, para esta última realização, o trabalho levado a cabo pela HALO.⁸⁵ Os dados relatados pelos operadores são diferentes.⁸⁶

Pela primeira vez o IND incluiu no seu plano relatório anual 2005 informação detalhada sobre novas pesquisas realizadas até Maio de 2006, bem como as novas ainda por realizar. Das 1,374 áreas identificadas pela LIS, 1,074 foram visitadas desde que a pesquisa foi concluída em Agosto de 2001 (o que representa 423,967,154 metros quadrados); 517 dessas áreas foram canceladas (48 por cento; 283,597,651 metros quadrados), 506 foram desminadas (47 por cento; 122,906,629 metros quadrados), e 52 áreas estão ainda pendentes. Mais 215 áreas afectadas por minas (2,369,384 metros quadrados), não incluídas na LIS, foram posteriormente identificadas.⁸⁷

A HALO, a NPA e a HI consolidaram os seus dados de pesquisa e reportaram os resultados comparáveis. Desde Outubro de 2004, a HALO voltou a realizar pesquisas nas quatro províncias do norte, com o fim de torná-las “livres de impacto das minas” e fundamentar a sua retirada de Moçambique em 2007. Nas vilas ameaçadas, a HALO propôs a realização de investigação e, se necessário, a desminagem de minas ou UXOs; nas vilas não ameaçadas, os representantes locais assinaram uma declaração afirmando que a área está livre do impacto das minas.⁸⁸ Em Abril de 2006, 10 equipas de quatro elementos cada realizaram este tipo de pesquisa, a qual foi concluída na província de Cabo Delgado (para além dos dois distritos contendo minas implantadas durante o regime colonial português) e está por concluir na província de Niassa a finais de Maio de 2006. A conclusão da pesquisa nas províncias de Zambézia e Nampula, para além das duas cinturas de minas em Cabo Delgado, estava prevista para Dezembro de 2007. Uma pesquisa de base pós-desminagem, sobre o impacto socioeconómico foi também realizada nas áreas anteriormente desminadas pela HALO.⁸⁹

Até Março de 2006, a HALO já tinha avaliado 558 SMAs; 356 (64 por cento) foram canceladas, 202 (36 por cento) foram confirmadas e mais 147 novos campos minados não registados no LIS foram investigados e desminados pela HALO.⁹⁰ Não está claro se o IND aceitou a posição da HALO, segundo a qual estas províncias estão ou estarão livres do impacto das minas. Em Dezembro de 2005, o IND relatou que primeiro “é preciso verificar se as autoridades provinciais estão a relatar factos diferentes.” Em Março de 2006, o IND ainda não tinha realizado visitas de controlo de qualidade.⁹¹

A NPA, como parte a sua estratégia de retirada, iniciou, em Setembro de 2005, uma pesquisa visando reverificar as 521 SMAs registradas pela LIS nas províncias de Sofala, Manica e

⁸⁵ IND, “Relatório Anual 2005,” Maputo, Março de 2006, p. 6.

⁸⁶ Segundo a HALO, a afirmação do IND, segundo a qual a HALO reduziu 72 quilómetros quadrados em 2005, tal como afirma o seu relatório anual de 2005, está “absolutamente errada.” Correio electrónico de Tim Turner, HALO Moçambique, 28 de Abril de 2006.

⁸⁷ “Pesquisa de Impacto e Evolução dos Dados,” IND, “Relatório Anual 2005,” Março de 2006, p. 27.

⁸⁸ Apresentação por Tim Turner, HALO Moçambique, reuniões entre IND/PNUD/doadores/operadores, 16 de Agosto de 2005.

⁸⁹ Correio electrónico de Tim Turner, HALO Moçambique, 28 de Abril de 2006; apresentação durante o encontro entre o IND/PNUD/doadores/operadores, 16 de Agosto de 2005.

⁹⁰ HALO relata que das 202 SMAs que foram confirmadas, 110 já tinham sido identificadas pela pesquisa por esta realizada em colaboração com a HI em 1994, e que, desta forma, apenas 92 áreas não eram anteriormente conhecidas pela HALO. Correio electrónico de Tim Turner, HALO Moçambique, 1 de Março de 2006.

⁹¹ Correio electrónico de Tim Turner, HALO Moçambique, aos doadores da HALO, 1 de Março de 2006, e entrevista telefónica, 14 de Março de 2006.

Tete. Se uma SMA é confirmada, o seu polígono é registrado e realiza-se uma avaliação do impacto do trabalho a ser efectuado de forma a facilitar a definição de prioridades para acções posteriores. A NPA simultaneamente realizou uma avaliação do impacto pós-desminagem em todas as áreas nas quais já trabalhou desde o início das suas operações em 1993. A NPA tinha 10 equipas de duas ou três pessoas cada em 2005-2006. A repetição da pesquisa e a avaliação do impacto do trabalho a realizar foram inicialmente previstas para as três províncias, mas, mais tarde, foram alargadas para acomodar as duas províncias do sul, as de Gaza e Maputo. Estava previsto que as operações fossem concluídas em Setembro de 2006.⁹²

Até Janeiro de 2006, a NPA já tinha avaliado um total de 137 SMAs registradas pela LIS; 112 (82 por cento) foram canceladas devido à falta de evidência de qualquer contaminação, o que resultou numa redução de 7,489,169 metros quadrados da área total estimada contaminada. As restantes 25 SMAs (18 por cento) foram confirmadas e medidas, e 22 áreas novas não registradas pela LIS foram encontradas, ascendendo aos 5,563,895 metros quadrados as SMAs adicionais.⁹³

A HI adoptou uma “estratégia de sucesso” em Janeiro 2005, nas províncias de Inhambane, Sofala e Manica, a qual inicialmente visava desminar ou cancelar para Junho de 2006, todas as 250 áreas suspeitas com menos de 15,000 metros quadrados constantes da LIS, em 32 distritos das três províncias. A HI antecipou que iria alcançar um grau de “impacto controlado” nestas províncias até Junho de 2007, o que significa que um máximo de SMAs existentes seria desminado, as áreas restantes seriam marcadas e se realizariam educação sobre o risco das minas para as comunidades locais. Em Abril de 2006, a HI já tinha realizado operações em 22 áreas e desminado ou cancelado 585 SMAs, superando em mais do que o dobro o que estava inicialmente previsto no plano.⁹⁴

A HI consolidou os resultados dos últimos dois anos. Dados preliminares da província de Inhambane indicaram que a organização tinha cancelado 60 por cento das 131 SMAs registradas na LIS. Por outro lado, a HI realizou acções em mais 145 áreas suspeitas identificadas a partir de informação recolhida a nível local e não registrada na LIS. Destas 145, 63 por cento foram desminadas e 37 por cento foram canceladas.⁹⁵

Até Março de 2006, segundo o IND, ainda não se tinham realizado pesquisas em 448 áreas (125,236,573 metros quadrados). Mais 215 novas áreas foram identificadas, das quais 110 necessitavam de mais visitas.⁹⁶

Demarcação e Vedação

A demarcação ou vedação das áreas minadas e suspeitas de estarem minadas é “raramente” feita em Moçambique, segundo o PNUD.⁹⁷ A HALO ainda não tinha efectuada uma vedação ou

⁹² NPA, “Plano de Actividades 2006,” Outubro de 2005, p. 9; Correio electrónico de Atle Karlsen, NPA Moçambique, 26 de Maio de 2006.

⁹³ NPA, “Relatório de Actividades 2005,” 11 de Janeiro de 2006, p. 5. NPA relata que as cifras que apontam à redução das áreas são conservadoras, uma vez que nas poucas áreas suspeitas pela LIS tinham sido estimadas as dimensões da real extensão da área suspeita. Assim, os números relatados incluem apenas a diferença entre as poucas áreas na LIS que não tinham a indicação de extensão nem a área que de facto foi tida como suspeita através das pesquisas da NPA. Esta situação torna toda a área cancelada e muito mais fora de suspeita do que o relatado. Correio electrónico de Atle Karlsen, NPA Moçambique, 26 de Maio de 2006.

⁹⁴ Correio electrónico de Gilles Delcourt, Gerente de Programa, Handicap International (HI), 24 de Abril de 2006.

⁹⁵ Ibid.

⁹⁶ IND, “Relatório Anual 2005,” Março de 2006, p. 27.

⁹⁷ Correio electrónico de Lutful Kabir, PNUD Moçambique, 23 de Maio de 2006.

demarcação permanente e provavelmente não o faria, uma vez que a organização previa desminar todas as áreas minadas conhecidas nas províncias do norte antes do término das suas operações.⁹⁸ A NPA demarca polígonos com marcos e pontos de retorno semi-permanentes em todas as áreas em que houve repesquisa. Igualmente, a organização efectua a reverificação das redondezas das áreas previamente desminadas, de forma a assegurar a sincronização dos dados do IMSMA em poder do IND.⁹⁹ A HI prevê o início da demarcação como parte as suas actividades a partir de Junho de 2006.¹⁰⁰

Remoção de Minas e UXOs

O IND relatou que em 2005, foram desminadas 11.3 quilómetros quadrados de terra, destruindo 36,613 minas e 299 UXOs. A HALO destruiu 99.4 por cento de todas as minas destruídas em 2005, devido à alta densidade de cinturas de minas implantadas pelo regime colonial português em Cabo Delgado. O IND estimou que a extensão de terra desminada aumentou mais do que o dobro entre 2004 e 2005, de 5,006,731 metros quadrados em 2004 a 11,307,522 metros quadrados em 2005.¹⁰¹

De acordo com o IND, este é o primeiro ano em que as operações de desminagem ultrapassaram a meta estabelecida pelo Plano de Acção Quinquenal de Moçambique 2002-2006 de 10 quilómetros quadrados por ano. O IND afirmou que o facto é explicado pelo aumento das actividades de desminagem levadas a cabo pela RONCO na linha-férrea de Sena.¹⁰² Contudo, o IND relatou que a RONCO desminou 259,863 metros quadrados em 2004 e a própria RONCO relatou ter desminado 518,232 metros quadrados em 2005, o que revela um aumento de 258,369 metros quadrados.¹⁰³

O IND relatou que em 2005 às FADM foram atribuídas as áreas inicialmente cobertas pelo Programa Acelerado de Desminagem, mas que não foram desminadas, aumentando substancialmente a sua prestação a partir de 2004.¹⁰⁴ Por outro lado, o IND afirmou que os operadores comerciais desminaram ou realizaram pesquisas em 19.1 quilómetros quadrados em 2005, o que resultou na descoberta e destruição de oito minas e 17 UXOs.¹⁰⁵

Porém, os dados reportados pelo IND são significativamente diferentes dos dados reportados pelos operadores.¹⁰⁶ A HI afirmou que esta questão foi objecto de discussão com o IND durante uma reunião entre o IND/PNUD/doadores/ e operadores, realizado no primeiro trimestre de 2006. Uma vez que cada operador tem a sua forma de reportar dados, o IND está alegadamente a

⁹⁸ Correio electrónico de Tim Turner, HALO Moçambique aos doadores da HALO, 1 de Março de 2006.

⁹⁹ Correio electrónico de Atle Karlsen, NPA Moçambique, 26 de Maio de 2006.

¹⁰⁰ Correio electrónico de Gilles Delcourt, HI, 9 de Maio de 2006.

¹⁰¹ IND, "Relatório Anual 2005," Maputo, Março de 2006, pp. 8,10.

¹⁰² Ibid, p.8

¹⁰³ Vide IND, "Relatório Anual 2004," Maputo, Março de 2005, p. 6; Correio electrónico de Steve Brown, RONCO Moçambique, 24 de Fevereiro 2006.

¹⁰⁴ IND, "Relatório Anual 2005," Maputo, Março 2006, p. 9.

¹⁰⁵ As cifras desagregadas relativas à desminagem e pesquisas realizadas não foram disponibilizadas. IND, "Relatório Anual 2005," Maputo, Março de 2006, pp. 4, 12.

¹⁰⁶ Em alguns casos, O IND pode incluir a área que foi alvo de uma pesquisa técnica, ou cancelada, no total das áreas desminadas. Por exemplo, o IND afirmou que em 2005 a RONCO desminou mais de oito quilómetros quadrados, enquanto que a RONCO reportou ter desminado 0.5 quilómetros quadrados e realizado pesquisa técnicas em 7.72 quilómetros quadrados. Correio electrónico de Steve Brown, RONCO Moçambique, 24 de Fevereiro de 2006.

tentar acomodar todas as formas de relatar. Igualmente, parece que o IND não distingue, de forma consistente, as actividades de EOD e a desminagem.¹⁰⁷

Os dados de desminagem reportados pela HALO, NPA, HI e RONCO e os que o IND relatou para as FADM e ADP apontam para um total de 3.9 quilómetros quadrados de área desminada em 2005, com 36,767 minas antipessoal, três minas antiveículos e 1,063 UXOs destruídos. Isso representa uma redução da área desminada pelos operadores humanitários em 2004 (4.9 quilómetros quadrados).¹⁰⁸

Áreas (metros quadrados) Desminadas, Reduzidas/Canceladas e Pesquisadas, e Minas/UXOs Destruídos em Moçambique em 2005¹⁰⁹

Operador	Minas removidas	Minas antipessoal	Minas antiveículos	Zona de batalha limpa	UXO	Área reduzida/cancelada	Pesquisa técnica
NPA ¹¹⁰	664,478	69	0	0	15	8,326,268	108,450
HALO ¹¹¹	1,978,257	36,494	3	N/A	286	1,410,740	399,478
RONCO ¹¹²	518,232	58	0	0	57	0	7,720,768
HI ¹¹³	331,199	79	0	0	570	0	0
FADM	121,410	56	0	0	131	0	0
PAD	287,906	11	0	0	4	0	0
Humanitária	3,901,482	36,767	3	0	1,063	0	8,228,696
ASM	1,032	6	0	0	0	0	0
EMD	13,902,324	2	0	0	17	0	0
JVD	65,427	0	0	0	0	0	0
MMA	N/A	0	0	0	0	0	0
REASeuro	5,133,200	0	0	0	0	0	0
Comercial	19,101,983	8	0	0	17	0	0
TOTAL	23,003,465	36,775	3	0	1,080	9,737,008	8,228,696

¹⁰⁷ Correio electrónico de Gilles Delcourt, HI Moçambique, 9 de Maio de 2006.

¹⁰⁸ Vide *Monitor de Minas Terrestres Report 2005*, p. 441. A área total desminada por operadores humanitários, segundo reportou o Monitor de Minas Terrestres em 2004 não incluía a desminagem efectuada pelas FADM, as quais desminaram 15,886 metros quadrados em 2004.

¹⁰⁹ Dados sobre as FADM, PAD, ASM, EMD, JVD, MMA e REASeuro citados no IND “Relatório Anual 2005,” Maputo, Março 2006, p. 12.

¹¹⁰ Correio electrónico de Atle Karlsen, NPA Moçambique, 26 Maio 2006.

¹¹¹ Correio electrónico de Tim Turner, HALO Moçambique, 1 Março 2006. A área total limpa pela HALO inclui 1,937,862 quilómetros quadrados desminados manualmente (destruída 35,389 minas antipessoal e 68 UXOs) e 40,395 metros quadrados de área limpa mecanicamente (destruindo 1,008 minas antipessoal); um número adicional de 97 engenhos de minas antipessoal e 218 UXOs foram destruídos com recurso a explosivos apropriados para o efeito. A HALO considera os dados de no relatório do IND relativa a algumas empresas desminagem da área comercial um tanto elevada em relação aos recursos que tem para realizar tarefas de remoção. Correio electrónico de Tim Turner, HALO Moçambique, 7 de Julho 2006.

¹¹² Correio electrónico de Steve Brown, RONCO Moçambique, 24 Fevereiro 2006.

¹¹³ Correio electrónico de Gilles Delcourt, HI Moçambique, 24 Abril 2006. A área total limpa pela HI inclui 95,210 metros quadrados limpos manualmente, 100,048 metros quadrados desminados com recurso a força canina e 135,941 metros quadrados desminados mecanicamente.

O IND indicou que 838 sapadores estiveram envolvidos nas operações de desminagem em 2005; mais de metade foram contratados pela HALO. Moçambique contava com 14 máquinas e uma unidade canina de detecção de minas composta por 34 cães um total de 12 ratos.¹¹⁴ A HALO, NPA e HI usaram para estas operações instrumentos manuais e mecanizados, enquanto que a NPA e a HI usaram cães para além dos instrumentos manuais e mecanizados. A RONCO usou técnicas manuais e uma unidade canina. A HALO interrompeu o uso de unidades caninas em Janeiro de 2005, por ter chegado a conclusão de que esta técnica não era fiável.¹¹⁵

A NPA reduziu o seu efectivo de recursos humanos na segunda metade de 2005, como parte da sua estratégia de retirada de 122 para 45 homens e transferiu a sua unidade canina e os veículos resistentes as minas.¹¹⁶

O IND referiu ter realizado 79 visitas de controlo de qualidade (CQ) em 2005.¹¹⁷ Alguns operadores realçaram que foram realizadas um menor número de visitas. A HALO indicou que apenas 10 visitas foram realizadas aos seus campos de desminagem, contrariando as 22 visitas citadas pelo IND.¹¹⁸ O IND possui três equipas de CQ baseadas em cada delegação.¹¹⁹ O IND referiu que os padrões nacionais de desminagem foram, de forma geral, respeitados pelos operadores. Porém alguns aspectos podem melhorar, particularmente a comunicação entre as equipas, o equipamento de protecção pessoal e as “modalidades” de seguro dos oficiais de desminagem.¹²⁰ O IND planeou um estudo sobre as políticas de seguro para 2006.¹²¹ Os operadores humanitários, por outro lado, possuem os seus procedimentos internos de controlo de qualidade.¹²²

Os operadores humanitários trabalharam sobre engenhos como dispositivos explosivos (explosive ordnance disposal) EOD em 2005. A NPA realizou trabalhos de identificação dos EODs em 27 tarefas nas províncias de Manica e Sofala, realizou pesquisas, destruiu 177 UXOs, duas minas e 148 peças de munições de armas pequenas.¹²³ A HALO indicou ter destruído 97 minas antipessoal uma antiveículos e 218 UXOs durante as operações EOD.¹²⁴

Após ao término das operações de desminagem, a terra é normalmente entregue às populações através de uma cerimónia formal com a participação do governo, líderes comunitários e oficiais do IND. Segundo o PNUD, foram raras as ocasiões em que a entrega de terra aconteceu

¹¹⁴ IND, “Relatório Anual 2005,” Maputo, Março 2006, p. 20.

¹¹⁵ Correio electrónico de Tim Turner, HALO Moçambique, 1 de Março 2006, e entrevista telefónica, 14 de Março de 2006; Correio electrónico de Gilles Delcourt, HI Moçambique, 24 de Abril de 2006; NPA, “Relatório de Progresso 2005,” 11 de Janeiro de 2006, p. 5; Correio electrónico de Steve Brown, RONCO Moçambique, 28 de Abril de 2006.

¹¹⁶ NPA, “Relatório de Progresso 2005,” 11 de Janeiro de 2006, p. 8; Correio electrónico de Atle Karlsen, NPA Moçambique, 26 de Maio de 2006.

¹¹⁷ “Relatório Anual” do IND de 2005, Maputo, Março de 2006, p. 18.

¹¹⁸ Correio electrónico de Tim Turner, HALO, 1 de Março de 2006, para os doadores da HALO; IND “Relatório Anual 2005,” Maputo, Março de 2006, p. 18.

¹¹⁹ GICHD, “A Review of Mine Action in Mozambique,” (Uma Revisão do Acção de Minas em Moçambique) Outubro de 2005, p. 41; Correio electrónico de Noel Cook, Conselheiro Técnico, Comissão Europeia, Maputo, 24 de Fevereiro de 2006.

¹²⁰ IND, “Relatório Anual 2005,” Maputo, Março de 2006, p. 18.

¹²¹ Correio electrónico de Lutful Kabir, PNUD Moçambique, 25 de Maio de 2006.

¹²² Correio electrónico de Tim Turner, HALO Moçambique, 1 de Março de 2006; Correio electrónico de Atle Karlsen, NPA Moçambique, 26 de Maio de 2006.

¹²³ NPA, “Relatório de Progresso 2005,” 11 de Janeiro de 2006, p. 5.

¹²⁴ Correio electrónico de Tim Turner, HALO Moçambique, 1 de Março de 2006.

sem nenhuma cerimónia, e que os beneficiários iniciariam utilização da terra. Não existe registo de incidentes ocorridos nessas terras.¹²⁵

Segurança dos Sapadores: Registraram-se três acidentes envolvendo cinco sapadores em 2005, quatro dos quais trabalhavam para HALO (dois mortos e dois feridos) e um quinto, que trabalhava para a NPA, foi ferido. A HALO e o IND realizaram pesquisas, e deram cursos de reciclagem, sem no entanto introduzirem nenhuma mudança nos procedimentos operacionais.¹²⁶ A NPA e o IND averiguaram o terceiro acidente e concluíram que o sapador não observou os procedimentos operacionais estabelecidos no seio da NPA; realizaram-se cursos de reciclagem.¹²⁷

Os sapadores da HI, HALO e NPA são segurados por empresas internacionais.¹²⁸ Os sapadores da RONCO estão segurados, porém, não existem dados disponíveis sobre tal seguro.¹²⁹ Acredita-se que os sapadores das FADM não estejam segurados.¹³⁰

A revisão feita pelo GICHD dá conta da existência de altos índices de doenças prolongadas no seio das equipas de desminagem, facto que suscita preocupação. Uma pequena percentagem de sapadores de alguns operadores não pôde trabalhar devido a doenças, muitas das vezes, associadas ao HIV/SIDA. O GICHD citou a NPA e a PAD como tendo perdido aproximadamente oito por cento da sua capacidade operacional devido a doenças ligadas ao SIDA em 2003. A revisão concluiu que, “existe toda razão de ter temor que os sapadores sirvam de vector de transmissão do vírus de HIV, tanto nas suas comunidades das zonas afectadas por minas, assim como para as suas esposas ou parceiros sexuais em suas casas.”¹³¹ Em 2004, uma revisão feita pela Agencia Dinamarquesa para o Desenvolvimento (DANIDA) encorajou ao IND, em estreita colaboração com todos os operadores e as Nações Unidas, a desenvolver um padrão de políticas de HIV/SIDA para todos os operadores.¹³² A NPA e a HALO possuem uma política de pessoal sobre o HIV/SIDA. Porém, a RONCO não possui qualquer política.¹³³ A HI frisou que uma política de HIV/SIDA seria implementada brevemente a nível do programa.¹³⁴

Em Julho de 2005, o Ministério de Trabalho rejeitou um recurso interposto pela RONCO contra uma multa imposta em consequência de ter violado a lei moçambicana de proibição dos testes obrigatórios de HIV.¹³⁵ A RONCO interpôs um outro recurso em Abril de 2006, cuja

¹²⁵ Correio electrónico de Lutful Kabir, PNUD Moçambique, 25 de Maio de 2006.

¹²⁶ Correio electrónico de Tim Turner, HALO Moçambique, 11 de Dezembro de 2005, para os doadores da HALO, e Correio electrónico, de 28 de Abril de 2006.

¹²⁷ “Informação sobre acidentes de minas para uma acção comunitária abrangente,” NPA Moçambique, 10 de Maio de 2005.

¹²⁸ Correio electrónico de Tim Turner, HALO Moçambique, 28 de Abril de 2006.

¹²⁹ Correio electrónico de Steve Brown, RONCO Moçambique, 28 de Abril de 2006.

¹³⁰ Correio electrónico de Lutful Kabir, PNUD Moçambique, 28 de Abril de 2006.

¹³¹ GICHD, “Um estudo sobre a Acção das Minas em Moçambique,” Outubro de 2005, p. 25.

¹³² DANIDA, “Apoio para a Acção Humanitária Contra minas em Moçambique,” (Support Humanitarian Mine Action in Mozambique), Abril de 2004, p. iii.

¹³³ Correio electrónico de Tim Tuner, HALO Moçambique, 28 de Abril de 2006; Correio electrónico de Atle Karlsen, NPA Moçambique, 26 de Maio de 2006; Correio electrónico de Steve Brown, RONCO Moçambique, 28 de Abril de 2006.

¹³⁴ Correio electrónico de Gilles Delcourt, HI Moçambique, 24 de Abril de 2006.

¹³⁵ Vide *Monitor de Minas Terrestres 2005*, p. 443.

resposta ainda é desconhecida.¹³⁶ Um caso semelhante aconteceu com a ArmorGroup/MMA por alegadamente contratar sapadores para trabalhar em Chipre com base nos testes de HIV.¹³⁷ Em Maio de 2006, a ArmorGroup/MMA relatou que o caso ainda estava a merecer uma ponderação do seus conselheiros legais.¹³⁸

Pesquisa e Desenvolvimento

A APOPO é uma organização belga que desenvolveu tecnologias para detectar minas terrestres com recurso ao uso de ratos treinados. Embora a pesquisa, o treinamento dos animais e análise dos resultados está em curso na Tanzânia, as testes de campo e operações práticas foram sendo realizados em Moçambique, local onde a APOPO trabalhou em estreita ligação com a HI. Até Março de 2006, a APOPO possuía 200 ratos em treinamento e tinha empregado aproximadamente 100 pessoas. Em 2005 a APOPO possuía um orçamento anual para as suas operações na Tanzânia e em Moçambique de €1,559,170 (\$1,941,011).¹³⁹

A APOPO foi registrado em Moçambique como uma ONG e acreditada pelo IND a 10 de Setembro de 2003, e novamente acreditado a 10 de Dezembro de 2005. Os ratos da APOPO passaram os testes oficiais de licenciamento segundo os padrões do IMAS, sob tutela do IND e GICHD. Até Junho de 2005, a APOPO tinha conduzido operações com a PAD em Vilanculos (Província de Inhambane). Depois disso, a APOPO tem vindo a trabalhar com a HI. Esperava-se que as operações de campo começassem em Maio de 2006 com os trabalhos de desminagem realizados em Inhambane.¹⁴⁰

Educação sobre os Risco de Minas

No seu Relatório do Artigo 7 de 2005 e no Relatório de 2005 do IND, Moçambique realça a importância da educação sobre os riscos de minas (ERM).¹⁴¹ A ERM foi identificada como uma das principais actividades no Plano Nacional de Acção Contra Minas de 2002-2006. Neste relatório a educação sobre os riscos de minas é referida como “educação cívica sobre o perigo de minas terrestres.”¹⁴² Porém, pouca ERM foi levada a cabo em 2005 e em 2006 até Maio.

Durante o ano de 2005, o IND prestou “ensinamento básico sobre ERM” a “pouco mais de 7,800” pessoas nos distritos de Gorongosa e Chibabava (província de Sofala); a “pouco mas de 4,000 pessoas” nos distritos de Cahora Bassa, Magoé e Chifunda, (província de Tete); e 310

¹³⁶ Correio electrónicos de Steve Brown, RONCO Moçambique, 28 de Abril e 4 de Maio de 2006.

¹³⁷ “Sapadores moçambicanos ilegalmente recrutados para Chipre,” *Agência de informação de Moçambique*, 20 Outubro de 2005; correio electrónico de Rob Hallam, ArmorGroup/MMA, 6 de Maio de 2006.

¹³⁸ Correio electrónico de Rob Hallam, ArmorGroup/MMA, 6 de Maio de 2006.

¹³⁹ A parte do programa moçambicano foi financiada na totalidade pelo Governo de Flândria, que disponibilizou €905,960 (\$1,127,830) para APOPO para 2005-2007.¹³⁹ Para 2003-2007, o seu financiamento para a APOPO totalizou €1,296,432 (\$1,613,928), incluindo €150,000 (\$186,735) para 2004 que não foram relatados anteriormente pela Monitor de Minas Terrestres. “Cooperação entre Flândria e Moçambique”, (em Flamengo) p.2, portal oficial de Flândria <http://docs.vlaanderen.be>, consultado aos 3 de Junho de 2006.

¹⁴⁰ Entrevista com Frank Weetjens, APOPO, 12 de Janeiro de 2006, e correio electrónico, de 22 de Março de 2006.

¹⁴¹ Relatório do Artigo 7, formulário I, de 27 de Abril de 2006; IND “Relatório Anual de 2005,” Maputo, Março de 2006, pp. 12-13.

¹⁴² IND, “Relatório Anual de 2005,” Resumo executivo, Maputo, Março de 2006. Vide também IND, “Plano sobre as Prioridades de Desminagem para 2006,” Maputo, Março de 2006, p. 4.

peessoas incluindo: professores, alunos, e outros no distrito de Manica, (província de Manica).¹⁴³ O IND apelou às autoridades provinciais e distritais para assumirem a responsabilidade de informar as populações sobre os riscos de minas. Em Dezembro de 2005, o IND recebeu da Coreia do Sul \$20,000, parte dos quais foram usados para assegurar a qualidade no seio das equipas nas províncias de Gaza e Maputo e para a transmissão da ERM.¹⁴⁴

O IND possui cinco trabalhadores na área de ERM, dois dos quais baseados nos escritórios centrais de Maputo, dois na delegação da Beira e um no escritório de Nampula.¹⁴⁵ Durante o ano de 2005, o pessoal do IND na área da ERM formaram 49 sapadores da HI e 81 oficiais de educação cívica do governo de dois distritos, nomeadamente, Manica (província de Manica) e Chibabava (província de Sofala).¹⁴⁶ A formação incluía material sobre ERM, recolha de dados sobre minas e UXOs e sobreviventes.¹⁴⁷ A HI produziu uma nova série de materiais sobre ERM em 2005-2006.¹⁴⁸

Não houve relatórios de acompanhamento substanciais das actividades de formação em ERM no seio dos professores na província de Inhambane, referenciado no relatório da *Monitor de Minas Terrestres de 2005*.¹⁴⁹

Existem diferentes opiniões sobre a necessidade da ERM em Moçambique. Nas reuniões do Comité Permanente em Maio de 2006, assim como no seu Relatório Artigo 7 e nos Relatórios do IND de 2005 e 2006, Moçambique reitera a necessidade da ERM, principalmente devido ao elevado número de acidentes.¹⁵⁰ Porém, a revisão de 2005 do GICHD revelou que, “devido a rápida progressão da redução dos acidentes e vítimas provocados pelas minas terrestres, projectos isolados na área da ERM já não se justificavam, ... [excepto para desminagem] os operadores deveriam continuar a organizar sessões de ERM para os residentes locais quando se deslocam para novas zonas.”¹⁵¹ O PNUD frisou que a ERM por si só possui um valor muito limitado, devendo-se privilegiar a demarcação ou desminagem/EOD para ajudar a comunidade a lidar com a ameaça. Porém, os operadores de desminagem em Moçambique pouco fizeram na área da ERM ou ligação com as comunidades. A PNUD realça a necessidade de haver ERM nos locais onde ocorrem operações de desminagem.¹⁵²

Financiamento e Assistência

O Monitor de Minas Terrestres identificou um financiamento global para a acção das minas em Moçambique de cerca de US\$12.6 milhões em 2005, incluindo fundos do governo relatados pelo IND. Doze países doadores anunciaram uma contribuição que totaliza os \$10 milhões usados

¹⁴³ IND, “Relatório Anual de 2005,” Maputo, Março de 2006, p. 13.

¹⁴⁴ Entrevista a Lutful Kabir, UNDP, Maputo, 7 March 2006, and email, 26 May 2006.

¹⁴⁵ Email de Surengue Assane, MRE Coordinator, IND, 27 April 2006.

¹⁴⁶ IND, “Relatório Anual 2005,” Maputo, Março de 2006, pp. 12-13; Correio electrónico de Gilles Delcourt, HI Moçambique, 1 de Junho de 2006.

¹⁴⁷ Email de Surengue Assane, IND, 27 April 2006.

¹⁴⁸ Email de Gilles Delecourt, HI Mozambique, 1 Junio 2006.

¹⁴⁹ Vide *Monitor de Minas Terrestres 2005*, p. 444.

¹⁵⁰ Declaração de Moçambique, Comité Permanente sobre a Desminagem, Educação sobre o Risco das Minas e Tecnologias de Acção Contra Minas, Genebra, 10 de Maio de 2006; IND, “Relatório Anual 2005,” Maputo, Março 2006, p. 13; Relatório do Artigo 7, Formulário I, 27 de Abril de 2006.

¹⁵¹ Mozambique/UNDP/GICHD, “A Review of Mine Action in Mozambique,” Maputo/Geneva, October 2005, pp. iv, 21.

¹⁵² Entrevista a Lutful Kabir, UNDP, Maputo, 7 de Março de 2006, e entrevista telefónica, 25 de Maio de 2006.

na acção de minas em Moçambique em 2005. Este valor representa uma redução substancial dos \$12 milhões de dólares doados por 14 países e pela Comissão Europeia (CE) em 2004.¹⁵³ Os países doadores em 2005 eram compostos por:

- Áustria: €364,690 (\$454,003) a HI para desminagem;¹⁵⁴
- Canadá: C\$250,000 (\$206,356) para a desminagem;¹⁵⁵
- França: €70,000 (\$709,593) para a remoção de minas;¹⁵⁶
- Alemanha: €179,406 (\$223,342), que consistem em €166.016 (\$206.673) para a remoção de mina e €13,390 (\$16,669) a Cruz Vermelha Alemã para assistência ortopédica e fisioterapia à sobreviventes de minas;¹⁵⁷
- Itália: €200,000 (\$248,980) para o PNUD;¹⁵⁸
- Japão: ¥71,764,579 (\$651,754) a HALO remoção de minas;¹⁵⁹
- República da Coreia: \$20,000 para o PNUD;¹⁶⁰
- Holanda: €84,024 (\$727,051) a HALO remoção de mina e ERM;¹⁶¹
- Noruega: NOK8,500,000 (\$1,319,630) a NPA remoção de minas;¹⁶²
- Nova Zelândia: NZ\$91,256 (\$64,326) ao PNUD para ERM;¹⁶³
- Suíça: CHF852,000 (\$683,843), consistente em CHF490,000 (\$393,290) a HALO para remoção de minas, CHF162,000 (\$130,026) a HI para remoção de minas, e CHF200,000 (\$160,527) a HI para ERM.¹⁶⁴

¹⁵³ Vide *Monitor de Minas Terrestres 2005*, pp. 444-445.

¹⁵⁴ Áustria Relatório sobre o Artigo 7, Formulário J, de 27 de Abril de 2006; correio electrónico de Alexander Kmentt, Ministério Federal dos Negócios Estrangeiros, 27 de Abril de 2006.

¹⁵⁵ Base de dados da Mine Action Investments; correio electrónico de Carly Volkes, DFAIT, 7 de Junho de 2006. Taxa média de câmbio de 2005: US\$1 = C\$ 1.2115. Reserva Federal da EUA, “Lista anual das taxas de câmbio, 3 de Janeiro de 2006.

¹⁵⁶ Relatório do artigo 7, Formulário J, de 26 de Abril de 2006; segundo protocolo emendado da CCW Relatório do Artigo 13, Formulário E, 6 de Outubro de 2005. Taxa média de câmbio de 2005: €1 = \$1.2449, usada neste relatório. Reserva Federal da EUA, “Lista de taxa de câmbio (Anual), 3 de Janeiro de 2006

¹⁵⁷ Alemanha Relatório do Artigo 7, Formulário J, de 27 de Abril de 2006; Base de dados de Investimentos em Acção Contra Minas (Mine Action Investments database).

¹⁵⁸ Correio electrónico de Manfredo Capozza, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Março de 2006.

¹⁵⁹ Correios electrónicos de Kitagawa Yasu, Campanha Japonesa para o Baneamento de Minas Terrestres (JCBL), Março – Maio de 2006, com a informação traduzida pelo JCBL proveniente, Departamento de Cooperação Multilateral, 11 de Maio de 2005 e Departamento de Ciência e Não Proliferação, 11 de Abril de 2006. Taxa média de câmbio de 2005: US\$1= ¥ 110.11. Reserva Federal da EUA, “Lista de taxas de câmbio anual,” 3 de Janeiro de 2006.

¹⁶⁰ PNUD “Contribuição a Acção Contra Minas” para o fundo da PNUD, *Thematic Trust Fund for Crisis Prevention and Recovery*,” 20 de Abril de 2006; resposta para a Monitor de Minas Terrestres da Missão permanente da ROK para as NU em Nova York, 9 de Maio de 2006.

¹⁶¹ Correio electrónico de Ellen Schut, Departamento de Controlo de Armamento e Políticas de Exportação de Armamento, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 7 de Abril de 2006; correio electrónico de Brechtje Paardekooper, DMV/HH Humanitarian Aid Division, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 18 de Abril de 2006.

¹⁶² Correio electrónico de Annette A. Landell-Mills, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 21 de Junho 2006. Taxa média de câmbio para 2005: US\$1 = NOK 6.4412. Reserva Federal EUA, “Lista das taxas de câmbio anual,” 3 de Janeiro de 2006.

¹⁶³ Correio electrónico de Helen Fawthorpe, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 6 de Junho de 2006; Correio electrónico de Megan McCoy, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 6 de Junho de 2006. Taxa média de câmbio de 2005: NZ\$1 = US\$0.7049. Reserva Federal dos EUA, “Lista das taxas de câmbio anual, 3 de Janeiro de 2006.

- US: \$4,688,264 consistente em \$4,463,528 do Departamento do Estado dos EUA, incluindo \$2,127,528 para a força da desminagem em operações de reacção rápida em Moçambique em apoio ao IND, US\$1,666,000, para treinamento e apoio da FADM, e US\$676,000 a HALO; e US\$224,736 do Centro de Controlo e Prevenção das Doenças (Center for Disease Control and Prevention) a Landmine Survivors Network para a assistência as vítimas de minas.¹⁶⁵

Ademais, a Adopt-a-Minefield referiu ter disponibilizado \$258,273 para o Programa Acelerado de Desminagem para remoção de minas, \$35,001 para a Landmine Survivor Network para assistência as vítimas, e \$50,003 para Cruz Vermelha de Moçambique aplicar na assistência aos sobreviventes.¹⁶⁶

O IND indicou que o governo de Moçambique contribuiu com 52.9 biliões de meticais (\$2,299,860) para a acção contra minas em 2005.¹⁶⁷ O IND referiu que houve grandes oscilações no apoio financeiro prestado pelo governo para a acção contra minas em 2003-2005: 178 biliões de Meticais (\$7.9 milhões) em 2004, e 18 biliões de Meticais (\$818,181) em 2003.¹⁶⁸ A contribuição do governo em 2005 foi atribuída ao processo de encerramento do PAD, pagamento de encargos aduaneiros indirectos pela aquisição de equipamento de desminagem e custos operacionais do IND.¹⁶⁹

O IND revelou que 10 governos, a CE, o PNUD, Association for Aid and Relief Japan/Tokyo e Broadcasting System e HI contribuíram cerca de \$11.8 milhões em 2005.¹⁷⁰ Este

¹⁶⁴ Correio electrónico de Rémy Friedmann, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 28 de Abril de 2006. Taxa média de câmbio para 2005: US\$1 = CHF1.2459. Reserva Federal dos EUA, “Lista das taxas de câmbio anual,” 3 de Janeiro de 2006.

¹⁶⁵ USG Carta Histórica contende informações sobre o ano financeiro 2005, por Correio electrónico de Angela L. Jeffries, Especialista em Gestão Financeira, Departamento do Estado dos EUA, 8 de Junho de 2006; Departamento do Estado dos EUA, “To Walk the Earth Safety,” 6th Edition, June 2006, p.14; correio electrónico from H. Humprey McCloy Jr., Departamento do Estados dos EUA, 7 Julio 2006.

¹⁶⁶ Correio electrónico de Zach Hudson, Gerente de Programas, Adopt-A-Minefield, 2 de Junho de 2006.

¹⁶⁷ IND, “Relatório Anual 2005,” Maputo, Março de 2006, p. 21. Taxa média de câmbio de 2005: MZM23001.40466, usado neste relatório. As estimativas da Monitor de Minas Terrestres foram baseadas nas informações obtidas no portal www.oanda.com.

¹⁶⁸ Vide *Monitor de Minas Terrestres 2005*, pp. 444-446.

¹⁶⁹ IND, “Relatório Anual 2005,” Maputo, Março de 2006, p. 21. Existem informações segundo as quais o governo desembolsou \$1.1 milhões de dólares para o pagamento de encargos de despedimento para o pessoal do PAD em 2005. Intervenção do Gamiliel Munguambe, na reunião que envolveu o IND/PNUD/doadores e operadores, Maputo, 15 de Dezembro de 2005.

¹⁷⁰ IND, “Relatório Anual 2005,” Maputo, Março de 2006, pp. 21-22. O IND informou sobre fundos não relatados pelos doadores ao Monitor de Minas Terrestres: \$475,960 da Bélgica para o PAD; \$216,244 da Dinamarca para o IND, \$204,697 da CE para o IND; \$646,186 de Irlanda (\$292,218 ao IND; e \$353,968 ao HALO). HALO Mozambique relato que a Irlanda foi um do seus doadores principais em 2005. Correio electrónico de Tim Turner, HALO Mozambique, 7 Julio 2006. Irlanda não relatou fundos para Moçambique em 2005. Correio electrónicos de Therese Healy, Departamento de Negócios Estrangeiros, Maio 2006; Relatório Artigo 13 da CCW, Anexo 1, 14 de Outubro 2005. O IND revelou igualmente, pela primeira vez fundos por investidores na área de desminagem comercial, \$2,277,114 em 2005, fazendo um total de fundos dispersos em 2005 de \$14.5 milhões de dólares norte americanos. Estes montantes não estão inclusos no montante global da Monitor de Minas Terrestres para 2005.

valor é menor quando comparado com os \$14,3 milhões contribuídos em 2004.¹⁷¹ Os financiamentos dispersos, segundo o IND, registaram um decréscimo nos anos de 2004 e 2005.¹⁷²

Vítimas de Minas Terrestres e UXOs

Em 2005 o IND anunciou 57 novas vítimas de minas e UXOs em 20 incidentes e três acidentes de desminagem. Vinte e um civis foram mortos e 31 feridos, incluindo 13 mulheres e 15 crianças. Cinco sapadores estiveram envolvidos em três acidentes, (dois mortos e três feridos).¹⁷³ Este número representa uma subida significativa, quer em número de vítimas assim como em número de incidentes aos registados em 2004, quando foram registados 30 novas vítimas de minas e UXOs, (três mortos, e 27 feridos) em 13 incidentes/acidentes. Em comparação com o ano de 2003 registrou-se uma subida, quatro vezes maior em termos do número de vítimas em 2005.¹⁷⁴ O nível de vítimas registado em 2005, aproxima-se do nível de 1999, quando foram registradas 60 vítimas.¹⁷⁵

O IND registrou vítimas nas seguintes províncias: Tete (19; quatro mortos, 15 feridos, incluindo nove mulheres e uma criança; seis incidentes), Sofala (17; oito mortos, nove feridos, incluindo duas mulheres e onze crianças; cinco incidentes e um acidente de desminagem), Niassa (seis; três mortos, três feridos, incluindo três crianças, em três incidentes e um acidente de desminagem), Maputo (cinco; um morto, quatro feridos; três incidentes), Manica (quatro mortos, incluindo duas mulheres e uma criança; um incidente), Cabo Delgado (três; dois mortos, um ferido; um acidente de desminagem), Zambézia (duas crianças mortas em um incidente) e Nampula (um homem ferido em um incidente). O IND registrou 70 por cento de vítimas num universo de 56.6 por cento de incidentes/ acidentes na região central do país. As mulheres e as crianças perfizeram mais de 50 por cento de vítimas civis (25 por cento de mulheres e aproximadamente 29 por cento de crianças). Aparatenmente o acesso limitado aos programas da ERM se reflecte no elevado número de crianças envolvidas em incidentes de minas terrestres.¹⁷⁶

Continuaram a registar-se vítimas em 2006. Até 23 de Maio de 2006, o IND tinha registado 14 novas vítimas de minas e UXOs em sete incidentes/ acidentes. Seis pessoas foram mortas e oito ficaram feridas; pelo menos nove eram crianças. Dois sapadores sofreram ferimentos durante os trabalhos de desminagem em Cabo Delgado. A maioria dos incidentes ocorreram durante as actividades agrícolas, mas muitos dos incidentes envolvendo crianças ocorreram quando brincavam com os engenhos explosivos.¹⁷⁷

O número de vítimas registradas, provavelmente não corresponda ao número total de pessoas mortas ou feridas em incidentes, dada a fraca capacidade de recolha de dados. Os dados

¹⁷¹ Vide *Monitor de Minas Terrestres 2005*, pp. 444-446. Anteriormente o IND foi cauteloso ao informar que no seu relatório sobre os “montantes desembolsados não podem ser confirmados com exatidão.” Vide o relatório da *Monitor de Minas Terrestres de 2004*, p. 591.

¹⁷² Vide *Monitor de Minas Terrestres 2005*, pp. 444-446.

¹⁷³ IND, “Relatório Anual 2005,” Maputo, Março de 2006, pp. 14-15.

¹⁷⁴ Vide o Relatório do *Monitor de Minas Terrestres de 2005*, p. 446; Relatório do *Monitor de Minas Terrestres de 2004*, p. 592.

¹⁷⁵ Análise da Monitor de Minas Terrestres dos “acidentes de 96 a 2005”, até Junho de 2006, fornecido à Monitor de Minas Terrestres por Surengue Assane, IND, 2 de Junho de 2006.

¹⁷⁶ IND, “Relatório Anual 2005,” Maputo, Março de 2006, pp. 13-15.

¹⁷⁷ Correio Electronico de Lutful Kabir, PNUD, Maputo, 2 de Junho de 2006; IND, “Acidentes com Minas e UXOs em 2006,” fornecido à Monitor de Minas Terrestres por Surengue Assane, IND, Maputo, 2 de Junho de 2006.

são recolhidos pela polícia, Cruz Vermelha de Moçambique, hospitais, IND e outros.¹⁷⁸ O governo anunciou que tem feito cada vez mais esforços no sentido de recolher dados sobre os incidentes provocados por minas, de forma a ajudar na provisão de cuidados sanitários e garantir a reintegração social e económica dos sobreviventes.¹⁷⁹

O número total de vítimas de minas em Moçambique é desconhecido, porém, as estimativas indicam para 30,000. Entre 1996 e 23 de Maio de 2006 foram registradas 751 vítimas de minas. Reconhece-se no entanto que este número não representa a situação real do país.¹⁸⁰ A recolha de dados mais compreensiva continua a ser a Pesquisa Nacional do Impacto das Minas Terrestres (LIS) concluída em Agosto de 2001, com um registo total de 2,145 vítimas de minas/UXOs.¹⁸¹

Assistência aos Sobreviventes

Na Primeira Conferência de Exame, Moçambique foi identificado como um dos 24 Estados-Parte com significativo número de sobreviventes de minas, e não só com “maior responsabilidade de agir, mas também com as maiores necessidades e expectativas em prestar assistência,” prover cuidados, reabilitação e reintegração dos sobreviventes.¹⁸² Moçambique preparou seus objectivos para o período 2005-2009 para a Sexta Reunião dos Estados Parte entre Novembro/Dezembro de 2005. Os objectivos incluíam: a expansão dos serviços de reabilitação para todas as províncias e melhoramento da capacidade humana, infra-estruturas, materiais, informação e serviço de referência, transporte, e coordenação para o ano 2009; melhoramento dos serviços de aconselhamento, organizações de pessoas portadoras de deficiências, educação inclusiva, identificação de oportunidades económicas, incluindo actividades de geração de rendimento. Os objectivos referentes a recolha de dados, emergência e cuidados médicos continuos não foram incluídos.¹⁸³

Em Junho de 2005, Moçambique participou do workshop de como lidar com as vítimas de minas terrestre em África, presidido pelos co-presidentes do Comité Permanente sobre Assistência às Vítimas e Reintegração Socioeconómica, para apoiar aos Estados Partes a desenvolverem um plano de acção para a concretização dos objectivos do Plano de Acção de Nairobi em relação à assistência às vítimas de minas.

Durante as reuniões do Comité Permanente realizadas em Maio de 2006, Moçambique não fez declaração respeito aos progressos alcançados nos seus objectivos 2005-2009.

Moçambique submeteu o formulário voluntário J, fornecendo informações sobre as actividades de apoio às vítimas, incluindo o seu relatório anual sobre o Artigo 7 no dia 25 de Abril

¹⁷⁸ Vide o Relatório do *Monitor de Minas Terrestres de 2005*, p. 446.

¹⁷⁹ IND, “Relatório Anual de 2005,” Maputo, Março de 2006, p. 14.

¹⁸⁰ Análise do Monitor de Minas Terrestres dos “Acidentes entre 96 e 2005,” e “Acidentes com Minas e UXOs em 2006,” até 5 Junho de 2006, fornecido ao Monitor de Minas Terrestres por Surengue Assane, IND, Maputo, 2 de Junho de 2006.

¹⁸¹ Para detalhes, vide o Relatório da *Monitor de Minas Terrestres de 2004*, p. 593.

¹⁸² “Primeira Conferência de Exame dos Estados Parte da Convenção Sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e Sobre a sua Destruição,” Nairobi, 29 de Novembro a 3 de Dezembro de 2004, APLC/CONF/2004/5, 9 de Fevereiro de 2005, p. 33.

¹⁸³ “Relatório Final da Reunião de Estados Parte/ Relatório de Progresso de Zagreb,” Parte II, Anexo V, “Objectivos de Assistência às Vítimas dos Estados Parte que tem a responsabilidade por um número significante de sobreviventes de minas terrestres,” Zagreb, 28 de Novembro a 2 de Dezembro de 2005, pp. 167-171.

de 2006, e reiterou que a assistência às vítimas é a “componente mais fraca” do seu programa de acção contra minas devido às limitações financeiras.¹⁸⁴

O Plano Nacional de Acção Contra Minas para 2002-2006, reiterou o papel do IND na coordenação das actividades de assistência das vítimas de minas. Porém, o papel do IND na assistência das vítimas “parece cingir-se a ligação com o doador e à prestação do relatório para propósitos da Convenção,” segundo a revisão feita pelo GICHD em 2005.¹⁸⁵

Os programas de assistência aos sobreviventes das minas enfrentam grandes dificuldades devido a insuficiência de recursos financeiros; as necessidades dos sobreviventes ultrapassam grandemente a capacidade de assistência prestada.¹⁸⁶ A responsabilidade da existência dos sobreviventes das minas é compartilhada pelo Ministério da Saúde (MISAU) e o Ministério da Mulher e Acção Social (MMAS). O MISAU assistiu 12 sobreviventes de minas nas províncias de Niassa, Cabo Delgado, Nampula e Zambézia em 2005.¹⁸⁷ O MMAS apoia várias iniciativas, incluindo as actividades de reabilitação baseadas na comunidade.¹⁸⁸

As infra-estruturas sanitárias moçambicanas foram gravemente danificadas durante os cerca de 30 anos do conflito armado e pelas cheias do ano 2000. Existe uma falta de prestação imediata de primeiros socorros nos centros de saúde locais, visto que estes recorrem aos hospitais distritais e rurais para casos de emergência e intervenção cirúrgica, enquanto que os cuidados especializados são apenas prestados a nível provincial e em hospitais centrais. Os serviços de saúde são igualmente prestados em clínicas privadas e por ONGs internacionais, cooperação bilateral e organizações religiosas. Alegadamente os médicos tradicionais prestam serviços de saúde a aproximadamente 60 por cento da população. Nas zonas rurais, 72 por cento das pessoas vivem a uma distância de mais de uma hora de caminhada para o centro de saúde mais próximo.¹⁸⁹ As vítimas das minas são normalmente assistidas pelos seus familiares ou outros membros da comunidade e transportados em bicicletas, burros ou outros meios para o hospital mais próximo; o tempo médio da viagem é de oito horas. Existem 10 hospitais capazes de prestar assistência às vítimas de minas, um em cada província. Porém os cirurgiões formados, equipamento médico e medicamentos são escassos, devido em parte a falta de planificação.¹⁹⁰

Desde 2001 que a Organização Mundial de Saúde (OMS) tem prestado apoio técnico a MISAU e MMAS de forma a fortalecer as suas capacidades de resposta às vítimas de violência e ferimentos traumáticos, incluindo as vítimas de minas terrestres. Em 2005, a OMS fez uma avaliação e apresentou recomendações para o desenvolvimento de cuidados pré-hospitalares, melhoramento dos serviços de cuidados de emergência em Maputo, e uma maior capacidade de reabilitação médica. A OMS contribuiu igualmente para o desenvolvimento do Plano Nacional de Acção sobre a Deficiência no contexto da Década Africana. A OMS tenciona concentrar esforços

¹⁸⁴ Relatório sobre o Artigo 7, formulário J, de 27 de Abril de 2006.

¹⁸⁵ GICHD, “Avaliação da acção contra minas em Moçambique,” Outubro de 2005, p. 22.

¹⁸⁶ Para detalhes, Vide o Relatório da *Monitor de Minas Terrestres de 2004*, p. 596; Relatório sobre o Artigo 7, Formulário J, de 27 de Abril de 2006; entrevista com Aurelio Faduc, Chefe do Departamento de Estudos, Planificação e Informação. IND, Maputo, 20 de Fevereiro de 2006.

¹⁸⁷ Relatório sobre o Artigo 7, Formulário J, 27 de Abril de 2006.

¹⁸⁸ Vide o relatório do *Monitor de Minas Terrestres de 2005*, p. 447.

¹⁸⁹ OMS, “Health in Action Crisis: Mozambique,” Setembro de 2005.

¹⁹⁰ Vide o relatório da *Monitor de Minas Terrestres 2005*, p. 448; Relatório da *Monitor de Minas Terrestres de 2004*, p. 593.

no fortalecimento do sistema de vigilância dos feridos, melhoramento da capacidade dos serviços de reabilitação e mobilização de recursos.¹⁹¹

Em 2005, os hospitais em Moçambique trataram 1,038 pessoas registradas como portadoras de deficiência: 397 novas pessoas portadoras de deficiência foram registradas pela primeira vez, 106 já haviam sido registradas anteriormente e 535 eram pacientes de fora.¹⁹²

Indica-se que existem “serviços de reabilitação disponíveis em todos os hospitais centrais, gerais, provinciais e rurais, clínicas de saúde com serviços cirúrgicos.”¹⁹³ Porém, a nível nacional tem havido uma fraca coordenação entre o MISAU, MMAS e o IND, e os sobreviventes de minas e seus familiares não têm sido envolvidos na concepção de políticas e planificação.¹⁹⁴ Moçambique possui 10 centros ortopédicos, 60 centros de fisioterapia e 10 centros de trânsito especialmente concebidos para albergar pessoas portadoras de deficiência com o tratamento em curso. O governo através do MISAU, opera nove centros ortopédicos. Todos os centros ortopédicos do governo se localizam nas capitais provinciais, distantes das áreas afectadas por minas, tornando o seu acesso mais difícil para as populações rurais. A Cruz Vermelha de Moçambique controla um centro ortopédico em Gaza. Não existe nenhum centro ortopédico em Manica. Segundo o Plano Estratégico de Terapia Física e Reabilitação 2005-2009 do MISAU dois novos centro ortopédicos serão abertos a médio prazo em Xai-Xai e Chimoio, na província de Manica, mas desconhece-se a data precisa.¹⁹⁵ Em Agosto de 2005, o centro ortopédico de Vilanculo, na província de Inhambane, foi oficialmente reaberto com o apoio do Rotary Clube de Pretória Leste, África do Sul, em parceria com outras organizações moçambicanas e sul africanas. O centro foi construído depois do conflito para prestar assistência aos ex-combatentes e civis vítimas sobreviventes de minas.¹⁹⁶ Todos os centros prestam serviços grátis a feridos de guerra, incluindo sobreviventes de minas, e são financiados pelo Estado. Porém o seu acesso é limitado, pois, os sobreviventes não estão cientes dos serviços disponíveis, enfrentam dificuldades de encontrarem encaminhamento, e não são capazes de suportar as despesas de transporte e acomodação. Os materiais são fabricados por técnicos nacionais, incluindo 19 técnicos de próteses e orteses e 30 assistentes; e uma equipa de técnicos mais experientes que dão cursos de capacitação aos menos experientes. Existem 140 fisioterapeutas e assistentes de fisioterapia.¹⁹⁷ Segundo a estratégia de reabilitação do MISAU existem 86 técnicos distribuídos pelos nove centros geridos pelo governo, e a médio prazo este número será incrementado para 89. A longo prazo, o número do pessoal técnico será aumentado para 104 e serão conduzidas pesquisas sobre novas técnicas.¹⁹⁸ A maior parte dos equipamentos é tida como obsoleta e avariada. Existe falta constante de matéria-prima e devido à falta de pessoal

¹⁹¹ OMS, “Injuries, violence and disabilities, Biennium 2004-2005,” (Ferimentos, Violências e Deficiências, Biennium 2004-2005), Geneva 2006, p. 59.

¹⁹² Carta de Américo Assan, Chefe do Departamento de Assistência Sanitária, Direcção Nacional de Saúde, Ministério de Saúde, 12 de Abril de 2006.

¹⁹³ “Relatório Final dos Estados membros/ Relatório de Progresso Zagreb,” Parte II, Anexo V, Zagreb, 28 de Novembro -2 de Dezembro de 2005, pp. 168-169.

¹⁹⁴ Ibid. 169-170.

¹⁹⁵ Ministério de Saúde, “Programa de Medicina Física e Reabilitação - Estratégia 2005-2009,” Maputo, 2005, p. 4.

¹⁹⁶ Vide Relatório da *Monitor de Minas Terrestres de 2005*, pp. 448-449.

¹⁹⁷ “Relatório Final dos Estados Partes / Relatório de progresso do Zagreb,” Parte II, Anexo V, Zagreb, 28 de Novembro -2 de Dezembro de 2005, pp. 168-170.

¹⁹⁸ Ministério de Saúde, “Terapia Física e Estratégia do Programa de Reabilitação 2005-2009,” Maputo, 2005, p. 3.

formado existe uma enorme lista de espera de pacientes.¹⁹⁹ O MISAU estima o custo anual dos serviços de reabilitação nos nove centros ortopédicos em aproximadamente \$500,000; o MISAU já lançou concursos para actualização dos equipamentos.²⁰⁰

Em 2005, os nove centros ortopédicos do governo produziram 409 próteses, 722 ortoses, 84 cadeiras de rodas 3,061 dispositivos de compensação, 351 sapatos ortopédicos, e 422 outros acessórios de locomoção para portadores de deficiência. Ademais, o centro reabilitou 522 próteses, 96 ortoses, 261 cadeiras de rodas e 119 sapatos ortopédicos.²⁰¹

A Cruz Vermelha de Moçambique opera o Centro Ortopédico Jaipur na província de Gaza, que produz e repara próteses e outros dispositivos de locomoção. Uma unidade móvel do Centro Jaipur opera gratuitamente em toda província de Gaza. Os encaminhamentos são feitos através da rede dos voluntários da Cruz Vermelha e através dos Departamentos Distritais e Provinciais de Saúde e da Coordenação da Acção Social. Em 2005, o Fundo Especial Para o Portador de Deficiência (SFD) do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICV) começou a apoiar o centro com componentes ortopédicos e materiais de polipropileno e workshops de formação.²⁰² O centro tem a capacidade para assistir 240 pessoas por ano. Em 2005, o centro prestou assistência a 210 pessoas, incluindo 81 sobreviventes de minas terrestres e produziu 59 próteses, 47 pares muletas e outros 104 dispositivos de compensação. O centro foi incapaz de assistir a mais pessoas devido a falta de materiais ortopédicos, equipamento e cadeiras de rodas em Moçambique e enfrentou dificuldades no melhoramento da qualidade de próteses e ortoses que produz.²⁰³ No primeiro trimestre de 2006, o centro prestou assistência a 80 pessoas portadoras de deficiência, incluindo 25 sobreviventes de minas. Dois técnicos participaram em cursos em centros de outros países. A Cruz Vermelha de Moçambique facilitou o transporte para os centros ortopédicos e apoiou as actividades de reintegração socioeconómica nas províncias de Gaza, Inhambane, Manica, Zambézia e Tete. Em 2004, foi introduzido um programa piloto para a provisão de formação vocacional, sensibilização sobre deficiência e apoio social; em 2005, foi dado um curso de formação em gestão de pequenos projectos, actividades de geração de rendimento, incluindo actividades de produção agrícola e animal, e as famílias receberam materiais de construção de casas. Aproximadamente 22 pessoas beneficiaram directamente do projecto desde 2004. De Janeiro a Março de 2006, quatro beneficiários receberam apoio em materiais de pesca e nove sobreviventes de minas (incluindo quatro mulheres) beneficiariam com cabritos. O projecto foi financiado pela Jaipur Limb Campaign até Outubro de 2005, e pela Adopt-a-Minefield de Outubro de 2005 até Abril de 2006.²⁰⁴ O Programa de Reintegração Socioeconómica possui uma lista de espera devido a falta de fundos, e as actividades foram retardadas ainda mais devido ao elevado nível de pobreza e analfabetismo dos participantes. O Centro Ortopédico realizou advocacia e organizou workshops para pessoas portadoras de deficiência. O seu orçamento anual é de \$150,000. Em 2005, o financiamento foi

¹⁹⁹ Vide Relatório da *Monitor de Minas Terrestres*, p. 448.

²⁰⁰ Carta de Américo Assan, Ministério de Saúde, 12 de Abril de 2006.

²⁰¹ Ibid.

²⁰² CICV, "Relatório Anual do Fundo Especial Para Deficientes de 2005," Genebra, 10 de Março de 2006, p. 17.

²⁰³ Resposta ao Questionario de Assitencias as Victimas do Monitor de Minas Terrestres, Felipe Pedro Ussiva, Coordenador do Projecto, Cruz Vermelha de Moçambique, Maputo, 23 de Fevereiro de 2006.

²⁰⁴ Cruz Vermelha de Moçambique, "Relatório Trimestral do Programa do Centro Ortopédico Jaipur," Manjacaze, Abril de 2006, p. 3.

garantido pelas Sociedades de Cruz Vermelhas de Alemanha e de Portugal, Adopt-a-Minefield, Disability and Development Partners, e o SFD do CICV.²⁰⁵

Em 2005, a Handicap International (HI) implementou um projecto de apoio e coordenação de actividades desportivas para pessoas portadoras de deficiência na cidade de Beira, e província de Sofala. O projecto contou como o apoio do Ministério Francês dos Negócios Estrangeiros.²⁰⁶ Aproximadamente 20 pessoas foram formadas em desporto para deficientes e cada pessoa liderava um grupo. O projecto terminou em Fevereiro de 2006. A HI tem prestado apoio à organizações que trabalham com pessoas portadoras de deficiência. O apoio consiste em doações de computadores de segunda mão ou apoio em assistência organizacional. Em 2006, a HI preparou a contratação de um oficial da deficiência para servir de ligação a nível nacional e reforçar as actividades da HI no campo da deficiência.²⁰⁷

O MMAS coordena as actividades de reintegração psicossocial e socioeconómica, incluindo o programa ABC.²⁰⁸ Nos hospitais centrais de Maputo e Beira existe uma pessoa formada em apoio psicossocial. O Ministério comparte a responsabilidade de provisão ortopédica e serviços de psicoterapia com o MISAU. Neste âmbito o Ministério faz a gestão dos centros de trânsito, localizados perto das oficinas ortopédicas do MISAU, em Maputo, Inhambane e Sofala.²⁰⁹ Nos centros de trânsito os sobreviventes recebem acomodação durante o seu período de reabilitação e existem técnicos sociais para lhes prestar apoio psicossocial. Os técnicos não possuem nenhuma formação formal em apoio psicossocial; alguns deles são pessoas portadoras de deficiência. Além disto, o Ministério faz a provisão de actividades de geração de rendimentos.²¹⁰ Organiza sessões de formação a níveis distritais, de forma a sensibilizar e garantir transporte livre de pessoas portadoras de deficiência das suas casas para os centros ortopédicos.²¹¹

Grupos independentes e as associações de pessoas portadoras de deficiência também prestam aconselhamento entre eles. Existe educação inclusiva de crianças portadoras de deficiência, mas há falta de professores formados.²¹²

O governo reconhece que os constrangimentos financeiros limitam a disponibilidade dos programas de assistência aos sobreviventes das minas e que é necessário mais condições para promover a sua reintegração socioeconómica, particularmente nas zonas rurais. Estão sendo implementadas pequenas actividades e existem planos para oferecer comida pelo trabalho, de forma a encorajar o público e sector privado a empregar pessoas portadoras de deficiência, e dar subsidio por forma de salário aos que não são capazes de gerar rendimentos.²¹³ O governo deu a conhecer que em 2005, que em coordenação com parceiros, prestou assistência a 320 sobreviventes de minas

²⁰⁵ Resposta ao Questionário de Assitencias as Victimas do Monitor de Minas Terrestres, Felipe Pedro Ussiva, Coordenador do Projecto, Cruz Vermelha de Moçambique, Maputo, 23 de Fevereiro de 2006.

²⁰⁶ Vide o Relatório da *Monitor de Minas Terrestres de 2005*, p. 449.

²⁰⁷ Entrevista a Gilles Delcourt, HI Moçambique, Maputo, 21 de Março de 2006.

²⁰⁸ Vide o Relatório da *Monitor de Minas Terrestres de 2005*, p. 449.

²⁰⁹ Entrevista a Francisco Tembe, Chefe do Departamento de Deficiência, MMAS, Maputo, 2 de Fevereiro de 2006.

²¹⁰ “Relatório Final dos Estados Partes / Relatório de Progresso Zagreb, Parte II, Anexo V, Zagreb, 28 de Novembro-2 de Dezembro de 2005, p. 171.

²¹¹ Entrevista a Francisco Tembe, MMAS, Maputo, 2 de Fevereiro de 2006.

²¹² “Relatório Final dos Estados Partes/ Relatório de Progresso Zagreb, Parte II, Anexo V, Zagreb, 28 de Novembro-2 de Dezembro de 2005, p. 170.

²¹³ Vide o Relatório do *Monitor de Minas Terrestres 2005*, p. 449.

terrestres, oferecendo alojamento, assistência médica e formação vocacional.²¹⁴ O Instituto de Trabalho e Formação Profissional promove a inclusão de pessoas portadoras de deficiência em cursos especiais nos seus oito centros de formação vocacional. Igualmente, o Instituto possui o Centro de Formação e Reabilitação de Pessoas Portadoras de Deficiência em Chimoio na província de Manica.²¹⁵

Até finais de 2005, a Landmine Survivors Network (LSN) operava de forma activa na província de Zambézia. Os trabalhadores de LSN baseados na comunidade, pessoas amputadas, que trabalhavam com indivíduos sobreviventes de minas, para avaliar as suas necessidades, prestar apoio psicológico e social e educar as famílias sobre os efeitos de perda dos membros. A LSN prestou apoio aos sobreviventes para aceder aos serviços de saúde, reabilitação e formação vocacional e, ofereceu material de apoio quando necessário. O trabalho de advocacia na província sensibilizou nos direitos das pessoas portadoras de deficiência. A LSN brindou apoio financeiro para ajudar os sobreviventes de minas e outras pessoas com deficiência através de actividades comerciais de pequena escala, e vinculo-se com outras ONGs na criação de animais e no estabelecimento de grupos de auto ajuda.²¹⁶ O programa enfrentou algumas dificuldades, tais como, a falta da sustentabilidade dos pequenos negócios devido a falta de capacidade e gestão. Em 2006, a LSN decidiu expandir os seus trabalhos através de parcerias com actores locais e internacionais em outras províncias do país e porque “verificou que trabalhar por si só, embora resultava em trabalho de alta qualidade, era muito caro em termos financeiros e de gestão desdobrável.” Novas províncias estavam para ser identificadas com base num estudo realizado entre de Março e Maio de 2006.²¹⁷

A ONG do Reino Unido POWER trabalhou próxima à FAMOD (Fórum das Associações Moçambicanas de Pessoas Portadoras de Deficiência), uma organização que representa as associações de deficientes e outras 13 organizações para pessoas portadoras de deficiência com o objectivo de capacitar as pessoas a levarem uma vida mais integrada na comunidade, e usufruírem dos mesmos direitos dos outros. Em Maio de 2004, a POWER e os seus parceiros nacionais criaram e implementaram um programa de quatro anos para sensibilizar as pessoas sobre as questões das pessoas portadoras de deficiência através da criação de uma rede de clubes de rádio, especialmente nas vilas Rurais.²¹⁸

Em 2005, a Rede para Assistência a Vitimas de Minas, RAVIM foi estabelecida para desenvolver projectos de reintegração económica e fazer advocacia sobre os direitos das pessoas portadoras de deficiência, com apoio em aconselhamento do IND e LSN.²¹⁹ Das várias associações moçambicanas de deficientes que trabalham na advocacia, duas particularmente, a Associação dos Deficientes Moçambicanos (ADEMO) e Associação dos Deficientes Militares e Paramilitares de

²¹⁴ Governo de Moçambique, “Balanço do Plano Económico e Social de 2005, sem data, p. 126.

²¹⁵ “Três centros para formação profissional,” *Notícia* (Maputo), 17 de Agosto de 2005.

²¹⁶ Vide o Relatório do *Monitor de Minas Terrestres de 2005*, p. 449; Relatório da *Monitor de Minas Terrestres de 2004*, p. 595.

²¹⁷ Correio Electronico de Becky Jordan, Coordenador Regional para África, LSN, Maputo 7 de Março de 2006.

²¹⁸ Vide o Relatório da *Monitor de Minas Terrestres de 2005*, p. 450.

²¹⁹ Entrevista a Luis Wamusse, President of the Advisory Board, Rede para a Assistência a Vitimas de Minas, Maputo, 1 de March de 2006.

Moçambique (ADEMIMO), trabalham na prestação de apoio aos direitos dos sobreviventes das minas terrestres.²²⁰

A Federação Moçambicana do Desporto da Pessoa Portadora de Deficiência foi criada em 2005, sob a responsabilidade do Ministério da Juventude e Desportos.²²¹

Política e Prática para Pessoas Portadoras de Deficiência

Em Junho de 1999, o parlamento promulgou uma lei nacional da pessoa portadora de deficiência e o conselho de Ministros aprovou a primeira política nacional sobre as pessoas portadoras de deficiência (Resolução n.º 20/99).²²²

Em 2005, o FAMOD e outras associações de pessoas portadoras de deficiência, fizeram apelos ao parlamento para aprovar uma nova lei sobre os direitos da pessoa portadora de deficiência.²²³ O FAMOD fez igualmente advocacia para a inclusão de acções específicas a favor das pessoas portadoras de deficiência no Programa Estratégico Para a Redução da Pobreza 2006-2009, PARPA II, aprovado em Março de 2006. O PARPA II tenciona prestar assistência a 400,000 pessoas portadoras de deficiência em risco de exclusão social até 2009 e inclui orçamento para responder as necessidades de grupos alvos, através dos centros de trânsito, educação pública e formação. Os objectivos específicos incluem: a criação de 22 centros de reabilitação baseados na comunidade, desenvolvimento de projectos de geração de rendimento para 12,500 pessoas entre 2006 e 2009, providenciar dispositivos de compensação a 15,000 pessoas portadoras de deficiência em 2006, aumentar a produção dos dispositivos de locomoção anualmente, para atingir a 30,000 pessoas até 2009, construir escolas e estimulando a educação inclusiva, criação de programas de sensibilização, e oferecer cursos de formação profissional por forma a integrar as pessoas portadoras de deficiência no mercado de emprego.²²⁴

Em 2005, o governo registrou um total de 7,081 pessoas portadoras de deficiências.²²⁵

Moçambique foi escolhido como país piloto para a Década Africana dos Portadores de Deficiência. Um Plano Nacional de Acção sobre a deficiência, virado para as cinco áreas prioritárias (educação, saúde, emprego, auto-suficiência, e prevenção e luta contra o HIV-SIDA) será desenhado, incluindo estruturas administrativas. O Ministério da Mulher e Acção Social irá liderar a revisão e aprovação deste plano nacional de acção.²²⁶

²²⁰ Vide o Relatório da *Monitor de Minas Terrestres de 2005*, p. 450.

²²¹ Entrevista a Francisco Tembe, Ministério da Mulher e Acção Social, Maputo, 2 de Fevereiro de 2006; “Desporto para deficientes terá federação nacional,” *Notícia* (Maputo), 10 de Setembro de 2005.

²²² Vide o Relatório do *Monitor de Minas Terrestres de 2005*, p. 450.

²²³ *Ibid.*

²²⁴ Governo de Moçambique, “PARPA II,” Maputo, 2 de Maio de 2006, pp. 9-10.

²²⁵ Governo de Moçambique “Balanço de Plano Económico e Social de 2005,” sem data, p. 59.

²²⁶ Entrevista a Francisco Tembe, MMAS, Maputo, 2 de Fevereiro de 2006; Década africana de pessoas portadoras de deficiência “Perfil do país: Moçambique” www.africandecade.org, visitado no dia 28 de Fevereiro de 2006.